

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da
Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)**

Augusto Oliveira Mattos

Brasília, Maio de 2006.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da
Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)**

Augusto Oliveira Mattos

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História - Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vanessa M. Brasil

Brasília, Maio de 2006.

**A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da *Redemptora* no
ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)**

Brasília, 19 de Maio de 2006.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Vanessa M. Brasil – UnB/Brasília
(Orientadora)

Prof^a. Dra. Diva Gontijo do Couto Muniz – UnB/Brasília

Prof^a. Dra. Ione de Fátima Oliveira – UnB/Brasília

Prof. Dr. Antônio José Barbosa – UnB/Brasília
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à professora Dr. Vanessa M. Brasil, por ter sido parceira fiel na organização desta dissertação, contribuindo com sua singular competência e orientando-me de forma profissional, em todos os momentos. Minha eterna gratidão.

Destaco, também, o comprometimento e a clareza demonstrados pelas professoras Dras. Diva G. do Couto Muniz e Ione de Fátima Oliveira nas críticas e sugestões que só fizeram enriquecer o trabalho de pesquisa. Muito obrigado.

À minha camarada japonesa Sandra Nui Asano, por partilhar comigo os períodos de dificuldades, que não foram poucos, durante a execução do trabalho, sempre disposta a ajudar... mesmo que pelos “bares da vida”. Muito obrigado.

Aos meus amigos e amigas da Faculdade Projeção, do Colégio Visão, do Colégio Marista de Brasília, do Colégio Mackenzie e do Curso Dínatos-vestibulares, instituições onde sempre encontrei palavras de incentivo e apoio. Muito obrigado.

Ao pessoal do Só Drink's, reduto botafoguense, parada obrigatória depois do cansativo trabalho de pesquisa. Muito obrigado.

Finalmente agradeço o carinho de minha família, porto seguro para qualquer tempestade e fonte irradiadora de paz e confiança, onde aprendi a não abrir mão dos meus sonhos. Muito obrigado.

Para minha mãe Terezinha,
mulher de fibra, responsável
direta por eu ter conseguido
chegar a esta etapa de minha
vida.

Para minha filha Mariana, meu
bebê eterno, incansavelmente ao
meu lado... O tempo todo!!!

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade desvelar a Guarda Negra da Redentora, nos quadros da cidade do Rio de Janeiro - entre 1888 e 1889 -, através de pesquisas baseadas em arquivos públicos, bibliotecas e jornais da época, tendo como referência teórico-metodológica a História Social. Como objeto principal da pesquisa, a organização será retratada numa abordagem que contemplará sua formação, seus membros, sua ritualística, seus principais líderes e incentivadores, suas ações e, principalmente, suas representações, no contexto do fim do século XIX. Os conceitos de identidades, imaginário, cidadania e representações foram aplicados com o intuito de facilitar a operacionalização da pesquisa. Sendo assim, fez-se necessária a análise sobre a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, principal foco de proteção dos ex-escravos. Estudaremos o cotidiano da Regente, seja no âmbito da vida privada; ou, na pública. Discorreremos sobre sua formação intelectual, as relações familiares, seu envolvimento na causa abolicionista, sua ação política, sempre consoantes com o mundo vivido à época. Haverá espaço privilegiado para a compreensão das festas dos negros, com todos os seus simbolismos, e da capoeira como instrumento de resistência e inserção social, corroborada pela ação das Irmandades, no cotidiano da parte excluída da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Guarda Negra, Festas, Irmandades, Capoeiras, Redentora, Rio de Janeiro, Violência e Resistência.

ABSTRACT

This work has the objective of revealing and showing the Black Guard, in the city of Rio de Janeiro, between 1888 and 1889, through researches based on public files, libraries and newspapers of that time, having as methodological reference the Social History. As main object of the research, the organization will be portrayed in an approach that will consider its formation, its members, its rituals, its main leaders and collaborators, its actions and its representations at the end of 19th century. The concepts of identities, imaginary, citizenship and representations were applied with the aim of making the operationalization of the research easier. Thus, it was necessary the analysis about Princess Isabel, the heir to Brazilian throne, main protection focus of the former slaves. We will study the Regent's daily habits, both in private and in public life. We will talk about her intellectual background, familiar relations, her involvement with the abolitionist issue, her political actions, always consonant with the typical 19th century world. There will be an important space for the comprehension of the black parties, with all their symbolism and of the capoeira as a resistance and social inclusion instrument, corroborated by the actions of the Black Fraternity, in the day-by-day of the excluded part of the society.

KEYWORDS: Black Guard, Parties, Fraternity, Capoeiras, Redeeming, Rio de Janeiro, Violence, Resistance.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I – Das Camélias do Leblon à Rosa de Ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo	19
Capítulo II - A sociedade Negregada: racismo à flor da pele e sectarismo social no fenecer do Império	48
Capítulo III - Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora e a defesa do Terceiro Reinado	76
Considerações Finais	108
Fontes	112
Bibliografia	117

INTRODUÇÃO

Nos turbulentos anos que antecederam o colapso do Império brasileiro, um contingente gigantesco de pessoas amargava um espaço de convivência restrito e marginalizado. Nos quadros de uma sociedade que se formou alicerçada no braço escravo, referendada por inclemente concentração de renda, tentavam sobreviver envoltos por sua rica cultura, que funcionava como espectro protetor das violências cotidianas.

Violências estas que não se furtavam em atingir a origem, a cor da pele, a feição dos rostos, ou qualquer aspecto que evidenciasse diferenças, embasadas em teorias raciais do mundo europeu que queriam construir aqui nos trópicos, como prova de “superioridade” e “pureza de sangue”, num complexo e confuso processo de negação da “selvageria”¹ que se acreditava exclusivamente negra.

Como fantasmas, perambulavam pelas ruas sem qualquer expectativa de melhoria das condições de vida. Não eram só negros. Mas eram principalmente negros. A sociedade lhes virara as costas num processo crescente de discriminação. Na Capital, onde se concentrava o principal aparato de repressão, eram perseguidos pela polícia, rejeitados nos bons empregos e deixados à própria sorte.

O quadro dantesco, no entanto, não forjou uma gente submissa no seu todo. Muito pelo contrário. Os marginalizados do Império, já há muito, buscavam suas próprias formas de resistência e inserção. As Irmandades, as festas, as danças, as lutas tudo se transformava em instrumento de solidificação do orgulho. Tanto assim, que não foram

¹ SCHWARCZ, Lilia. Raça como negociação. Sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 19-20.

poucos os elementos das camadas mais privilegiadas que passaram a observar com respeito e admiração aquela gente maltrapilha – com destaque para a própria Princesa Regente –, chegando mesmo a participar desses espaços de convivência e confraternização.

Contudo, houve outras formas de se tentar conseguir respeito e marcar presença na sociedade. Numa tentativa de inclusão à força, organizaram “maltas de capoeiras”, passando a agir com a mesma violência que foram tratados por quase sempre. Incomodaram reuniões, quebraram cafés, enfrentaram a polícia num processo amalgamado de vingança e afirmação, entronizaram seus próprios príncipes, assumiram de peito aberto suas próprias crenças.

Os inimigos podiam ser todos. As mesmas “maltas” que se uniam para atacar o aparato repressivo, digladiavam-se pelos controle de becos, ruas, praças ou comunidades inteiras. Era como se o aliado de hoje pudesse ser um inimigo em potencial amanhã. Vivia-se uma realidade onde era extremamente fácil enxergar um inimigo, mas sempre difícil encontrar um aliado.

O estudo da Guarda Negra da Redentora contempla todos esses sítios. Odiada e amada por muitos, mas talvez não compreendida por quase todos, a organização tentava materializar o sentimento fundamental de pertencimento. Apoiada por diversos intelectuais, mas tendo os ex-escravos como base fundamental, agiria de forma variada, consciente ou inconscientemente, na busca da proteção à Regente e ao Terceiro Reinado. Gratidão ou visão política? Submissão ou vanguarda? A historiografia é rica em defini-la.

No intuito de contribuir com a nossa História, também buscamos desvelar os mistérios da Guarda Negra. Acreditávamos que a melhor forma de compreendê-la seria a utilização das abordagens e conceitos da “história vista de baixo”, a mesma que nas

palavras de Jim Sharpe é capaz de “demonstrar que os membros das classes inferiores foram agentes, cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles viviam”.² Foram agentes de sua história como os principais articuladores de sua própria libertação, assim como afetaram o mundo em que viviam, pois não se permitiram aceitar passivamente os sórdidos instrumentos da exclusão.

Foi dentro da Guarda Negra que estas pessoas buscaram forjar suas identidades, tendo como princípio a identidade do próprio grupo que “é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma”.³ Logo, o cotidiano vivenciado dentro da Guarda Negra seria a ferramenta para a construção de uma nova identidade que, mesmo não definitiva, seria ressignificada sem os anos de cativeiro como referência primordial, e sedimentada com elementos que tinham como base o “fazer parte”, a “ação” e a “resistência”.

Acreditamos que o estudo sobre a Guarda Negra, a Princesa Isabel e o cotidiano do Rio de Janeiro no final do século XIX carrega a responsabilidade de nos remeter a construção do imaginário dos negros libertos e de suas várias representações, formatadas no rastro de um contexto desfavorável e ao mesmo tempo desafiador, já relatado na historiografia do período. Imaginário aqui utilizado na acepção que lhe dá Baczko, como forjador de uma identidade coletiva:

É assim que, através de seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e

² SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.p.41.

³ AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Marha e SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro. Faperj, 2003, p. 43.

impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc.⁴

A História Social contemplou satisfatoriamente, com todo o seu instrumental teórico-metodológico, as exigências da pesquisa a que nos propusemos. Ao privilegiar o estudo das sociedades humanas, aborda os seus mais diversos aspectos culturais, sociais, económicos e políticos, além de buscar a inserção de todos os agentes históricos envolvidos no processo. Num movimento de contínuo enriquecimento estimulado pela premissa de que

(...) os homens vivem sua experiência integralmente como idéias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política.(...)⁵

Desta forma, compreendemos a Guarda Negra como um espaço de sincretismo alcançado pelas abordagens da História Social. O estudo da mesma contribuiu para a compreensão da luta dos negros por integração económica, valorização cultural e respeitabilidade social, utilizando as ferramentas necessárias para a tentativa de obtenção de êxito.

Lançado o desafio, iniciamos os trabalhos pelas **Bibliotecas do Senado e Câmara dos Deputados**. Precisamos chegar as fontes para fazermos nossa própria releitura sobre o tema em questão. A utilidade dos jornais de época e dos Anais de ambas

⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, s. i, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 409.

⁵ VIEIRA, Maria do Pilar et al. A pesquisa em história. 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 2000, p.7.

as Casas foi de extrema importância. Contudo, a complexidade do objeto de estudos remeteu-nos à ampliação da pesquisa em material primário. De inestimável valia também foram nossas visitas à **Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Fundação Casa de Rui Barbosa** e o **Museu Imperial**. Todas estas instituições são ricas em documentação da época, contando com boa estrutura para pesquisa e pessoal capacitado e solícito para atendimento.

Durante as várias horas de árduo trabalho investigativo o enriquecimento do trabalho fazia-se notar. A cada momento, procurávamos não nos deixarmos levar pela empolgação, sempre lembrando das palavras da professora Maria de Lourdes Janotti, para quem “o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”.⁶ Difícil foi definir qual era a dimensão do nosso interesse.

O contato com a documentação manuscrita traduzia-se num sentimento especial de admiração e, ao mesmo tempo, espanto. Foi quando percebemos que deveríamos superar, de qualquer maneira, a formação histórica que tivemos, voltada para a licenciatura. Sem efeito, jamais desejamos tanto ter feito um curso de bacharelado... De forma decisiva, recorriamos às orientações do professor Carlos Bacellar que alertava em um de seus textos:

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os

⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: contexto, 2005, p. 10.

momento passados em arquivos são agradáveis. Grandes obras historiográficas tiveram sua origem nas salas de arquivo, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa. O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escritões ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar. Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte. Essa é a vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante, acima de tudo.⁷

Não só “os personagens pareciam ganhar corpo”, como estabeleciam uma espécie de “compromisso” que nos obrigava a “levá-los” para casa e “retorná-los” no dia seguinte aos seus arquivos de origem, numa espécie de garantia que não seriam esquecidos. O que mais explicaria, então, a impossibilidade de dormir à noite sem a preocupação com a pesquisa no outro dia?

É, sim, feito de sacrifícios o mundo da pesquisa. Entretanto, nada supera a sensação de dialogar com as fontes, tentando entender o porquê, por quem e para quem foram escritas, num conflito que, inicialmente, sempre nos leva a achar que não conseguiremos êxito. Todavia, é justamente esta percepção que nos empurra adiante, que nos apresenta mais documentos e que, com o passar do tempo, paradoxalmente, vai nos tornando inabaláveis na construção de nossa tarefa. O Historiador é um dos felizardos em ter, entre os seus múltiplos locais de ação, os arquivos e bibliotecas como espaços privilegiados de trabalho.

⁷ BACELLAR, Carlos. Op. Cit. p. 24.

Com o passar do tempo, o aceleração dos trabalhos ia mudando nossa visão inicial do nosso objeto de estudo – como geralmente prevêm nossos orientadores e somos reticentes em aceitar –, não no sentido de negação, mas no de ampliação das possibilidades de análises. No entanto, o que parecia ser um fator complicador, constituía-se num estímulo positivo para a compreensão da Guarda Negra da Redentora.

Amadurecidos com a convivência documental, passamos a ter uma outra abordagem sobre o nosso tema central, que agora seria permeado por uma análise, ainda que não completa, mais cuidadosa da débâcle do Império, nos estertores do século XIX. Com efeito, percebemos, então, que no mesmo espaço onde transitavam o Imperador e sua Corte, os conspiradores e defensores do regime monárquico, estruturava-se a Guarda Negra da Redentora... Temida, misteriosa, rebelde e mal compreendida, mas, acima de tudo, presente.

O primeiro capítulo é dedicado a Princesa Isabel. Não poderia ser diferente, pois representava o foco de proteção dos membros da Guarda. Buscamos desvelar o cotidiano da princesa, seja no âmbito da vida privada; ou, na pública. Discorreremos sobre sua formação intelectual, as relações familiares, seu envolvimento na causa abolicionista, sua ação política.

A Regente, bem como as suas variadas representações, será objeto de análise para a compreensão de sua imagem construída no cotidiano efervescente da cidade do Rio de Janeiro. A verdadeira paixão dos negros – alforriados, ou não – pela jovem, assim como pelos seus defensores será investigada, no sentido de nos possibilitar o entendimento da origem da construção da idéia de Redentora. Abordaremos seu detratores tenazes para a edificação de um parâmetro que permita melhor compreensão das motivações que os levavam a crer na incapacidade dirigente da herdeira legítima do trono imperial.

A preocupação em vasculhar as mais variadas opiniões sobre a Princesa justifica-se, na medida em que tentaremos, ao máximo, construir uma visão equilibrada da mesma, embora sejamos conscientes da inviabilidade do isolamento do pesquisador, no aspecto de envolvimento quase emocional, de seu objeto de estudo.

No segundo capítulo, a cidade do Rio de Janeiro será nosso palco principal para as análises das diversas formas de organizações negras, relativas às instituições religiosas, políticas e culturais. É nesse momento que desconstruiremos opiniões correntes de que os negros não eram agentes de sua própria história e viviam sempre condicionados a obedecer aos mandos e desmandos, de forma absolutamente passiva, de seus senhores, enquanto escravos, ou de seus superiores, enquanto escória social.

Desbravaremos o mundo das Irmandades – ponto de apoio espiritual e secular –, adentrando no aspecto da religiosidade, conduta moral e tradições. Investigaremos sua importância para o mundo negro, observando atentamente suas estruturas organizativas e suas responsabilidades sociais na vida dos menos afortunados.

Cuidadosamente, penetraremos no mundo das “malas de capoeiras”, referência obrigatória como instrumentos de inserção e obtenção de respeito, dentro da comunidade negra. Resistência que se materializava em forma de enfrentamentos físicos, onde as habilidades em manusear a navalha e a elasticidade corporal criavam uma espécie de balé mágico, num jogo que escamoteava suas múltiplas finalidades e determinava o posicionamento hierárquico-social, dentro do mundo paralelo em que viviam.

Não nos escaparam as festas, espaço privilegiado de confraternização e catarse, que iluminavam aquela gente escurecida. Pólos de irradiação de energia e lugar de alegria funcionavam, também, para aliviar os reveses do dia-a-dia, além de socializar a convivência, na maioria das vezes. Ali, percebiam-se importantes ao verem os mais

diferentes tipos de pessoas dançarem ao som de seus poderosos tambores, numa exaltação, traduzida como aprovação, embalados pelo frenético ritmo de bases africanas.

Por fim, o terceiro capítulo retratará a Guarda Negra da Redentora. Como objeto principal da pesquisa, a organização será desvelada numa abordagem que contemplará sua formação, seus membros, sua ritualística, seus principais líderes e incentivadores, suas ações e, principalmente, suas representações, no contexto do fim do século XIX.

Entrelaçaremos a sociedade da época à Guarda, numa tentativa de compreensão de suas várias faces, no intuito de sincronizá-la com seu tempo. Sem embargo, visitaremos suas entranhas sociais e políticas e seus espaços de ação, a partir da visão de seus criadores e críticos.

O papel da imprensa no contexto será reinterpretado à luz de documentação disponível nos arquivos aqui já citados, não significando, de forma alguma, o desprezo pelos trabalhos já realizados sobre a Guarda Negra, que compõem um rico acervo de opiniões significativas para a releitura de suas atividades. Para isso, buscamos um cuidado especial no processo de investigação da organização, conscientes de que as várias interpretações sobre a mesma refletiam momentos distintos de pesquisa.

Nossa proposta de comprometimento com a História Social não nos inibiu em lançar mão de outras linhas interpretativas que acabaram por ser fundamentais no processo de elaboração desta dissertação de mestrado. Destarte, serão encontrados fundamentos e conceitos ligados à História das Mulheres e à História Cultural.

Nossas considerações finais serão a mais profunda expressão do envolvimento vivido nos últimos dois anos de trabalho árduo, mas, indubitavelmente, gratificante. Refletirão um ponto de vista formado a partir do amalgamento do material pesquisado, as

paixões despertadas pelo tema e as várias possibilidades oferecidas pela História para aqueles que optaram pelo “ofício do historiador”.

Capítulo I

Das Camélias do Leblon à Rosa de Ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo

Os estudos sobre a participação política da Princesa Isabel, dentro do contexto do processo da abolição da escravidão, apresentam-se carregados de paixões. A tentativa de associação da Regente à supressão do trabalho compulsório, articulando-se a imagem da “Redentora” como principal agente do processo, que culminou na Lei Nº 3353, de 13/05/1888 – popularmente conhecida por Lei Áurea –, foi o instrumento utilizado pela monarquia para tentar garantir sua longevidade como modelo institucional do país.

A abolição promulgada já, de há muito pelos corações traduzida em facto, consumado pelo povo, (...) todos compreenderam que à excelsa Princesa se devia um testemunho de apreço, pelo muito que também fez em prol dos cativos. Assim, espontaneamente, quase se acordo prévio, cada qual se preparou para glorificar e cobri deflores a herdeira do trono, acontecendo que, concorrendo todos para esta manifestação, ela tornou-se, por si mesma grandiosa, sublime, única. Nunca se viu cena igual, desde que o Brasil existe! A efusão popular chegou ao auge na hora em que o trono se consorciava com a população, no mesmo afã de tornar o Brasil um país livre, espalhando sobre ele, como uma benção, os primeiros clarões da liberdade⁸.

A união entre as aspirações populares e a atuação decisiva da regente no processo de derrubada do escravismo no Brasil é entusiasticamente destacada no texto. A idéia de que a monarquia agia com o intuito de responder as necessidades da sociedade brasileira poderia significar a própria garantia da continuidade do regime. Por outro lado, grupos

⁸ **Revista Ilustrada**, 3 de maio de 1888.

republicanos buscavam minorar a participação da mesma, ao associarem a escravidão à manutenção do regime monárquico no Brasil. É o que se pode perceber no artigo abaixo:

O que significam essa estrondosas ovações à Regente?! Para que essas loas entoadas à atual representante da instituição monárquica? É a história quem nos diz que a Monarquia no Brasil manteve-se e prosperou à custa da escravidão dos negros, assim como esta encontrou sempre naquela o mais franco apoio, o mais valioso auxílio, graças ao vergonhoso contrabando dos negreiros, à violação dos tratados internacionais (...) Não era, pois, à Regente, não era a um chefe de Estado Constitucional que cabia intervir na solução da melindrosa questão servil, por meio de um ato de absolutismo e ditadura, qual o da despedida do gabinete de 20 de agosto, incumbido de dar execução a uma lei de garantias à lavoura nacional. Depois de reunidos e ouvidos os deputados da nação, acerca da política mais prudente e mais convinhável ao bem público, é que cumpria-lhe exercer a sua atribuição constitucional de eleitor dos ministros⁹.

Percebe-se, então, que a imprensa, dentre outros artifícios, era um dos principais instrumentos utilizados para defesa ou ataque às ações da Regente. Na base de tudo, estava em jogo a construção das representações de Isabel aos olhos do povo. Representações que poderiam significar a garantia do Terceiro Reinado. Ou seja, sua aceitação, naquele momento, serviria para manutenção da ordem política estabelecida. O que vem corroborar o ponto de vista de Chartier, quando esse afirma que as “representações, embora aspirem tornar-se hegemônicas, são de fato discursos determinados pelos interesses dos grupos que as constroem e, por isso, competem entre si na busca de afirmação”¹⁰. Sendo assim, as representações construídas pelos defensores e detratores do regime monárquico poderiam ter um peso fundamental na sobrevivência ou não do regime, já que influenciariam decisivamente os rumos

⁹ Jornal **O Pharol**, Juiz de Fora, 29 de maio de 1888.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p.15-18.

tomados pela elite dirigente, bem como o próprio imaginário popular, no que se referia à capacidade da princesa regente em tocar os assuntos de Estado.

Faz-se necessária a abordagem sobre o contexto do século XIX para melhor entendimento das posturas defendidas por monarquistas e republicanos. A idéia de que Isabel era inabilitada para a ocupação do trono não se prendia simplesmente a questões políticas ou econômicas. Culturalmente, vivia-se num mundo patriarcal, onde, embora não fossem poucas as atuações das mulheres nos mais diversificados campos da sociedade, impunham-se limitações de todas as ordens à ação feminina. Constituições européias definiam o caráter submisso da mulher de forma explícita, como eram os casos da italiana, norueguesa, francesa, alemã, só para citar algumas. Mesmo nas religiões de base judaico-cristã esses princípios eram enfatizados, como pode se observar na interessante constatação de Barman, em seu livro sobre a princesa Isabel:

Como em termos físicos, as mulheres são “a costela de Adão”, elas são consideradas biologicamente subordinadas e dependentes dos homens. A sucumbência de Eva à tentação significa que a natureza feminina é menos forte, inconstante e menos confiável que a masculina. Como “filhas de Eva”, as mulheres têm o papel precípua de parir e criar filhos, cabendo aos homens a função principal de provedor e protetor. As mulheres levam a vida dentro de casa, no interior da chamada “esfera privada”, ao passo que os homens vivem no mundo da ação, na dita “esfera pública”. Homens e mulheres existem em par a par, mas os primeiros têm, por definição, as qualidades e os papéis ideais. Constituem a norma à qual as mulheres não podem aspirar por não serem homens. A autonomia e função de agentes são vistas como prerrogativas masculinas; e os recursos humanos, percebidos de modo a privilegiar o acesso e o controle masculinos. A agressividade, mesmo a física, é uma qualidade

*masculina; para o sexo feminino, mostrar agressividade é masculinizar-se*¹¹.

Uma carga cultural que exigia muito mais das mulheres das classes sociais mais abastadas, como a Princesa Isabel, visto que essas, além de cumprirem com todas as prescrições estabelecidas para o sexo feminino – recato, submissão, dentre outras – deveriam ter uma formação que lhes permitisse transitar no espaço público como boas anfitriãs, boas esposas e boas filhas.

Isabel, ainda menina, transformou-se na sucessora legítima ao trono do Brasil – Princesa Imperial -, após a morte de seu irmão Afonso, em 1851. A possibilidade de sua não ascensão ao trono seria o nascimento de um novo filho de D. Pedro II. Pois, neste caso, o critério da idade seria colocado em segundo plano, em detrimento do de gênero – os homens tinham prioridade, independente da idade, no caso de sucessão. Mesmo sendo previsto em lei constitucional¹², o pensamento predominante da época fazia com que muitos não digerissem bem a idéia de ter uma mulher ocupando o mais alto cargo do país.

A monarquia entendia, então, que seria necessária uma sólida formação educacional, moral e religiosa para que a princesa pudesse, com este atributo, ser respaldada pela maioria da elite política. Nas palavras de Daibert Junior, “ao tornar-se Princesa Imperial, a figura de Isabel não poderia mais se limitar ao papel de modelo das brasileiras, figura materna

¹¹ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 19-20.

¹² Segundo a ordem regular de primogenitura e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha à mais moça. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Título V, Capítulo IV, artigo 117.

ligada ao domínio privado”¹³. Mas aí, residia a gênese de todos os conflitos. O domínio público é literalmente o controle do Poder de Estado. Como temos constatado, soava complicado aos ouvidos mais reacionários o poder feminino, como já alertava Michelle Perrot, quando afirmou que “as mulheres são colocadas à distância do político e mantidas em dependência no interior da sociedade civil”¹⁴. A afirmativa da competente autora retrata de forma inquestionável o contexto do século XIX.

A educação de Isabel e de sua irmã Leopoldina foi orientada pessoalmente pelo Imperador que, inclusive, considerava esta atividade como um de seus passatempos prediletos. Preocupava-se em diversificar os estudos das mesmas, que passavam por uma grade complexa de matérias, como registrou Barman:

No final da década de 1850, o formidável programa de instrução concebido por D. Pedro II mantinha suas filhas ocupadas, na sala de aula, nove horas e meia por dia, seis dias por semana. A gama de matérias acadêmicas que estudavam incluía as línguas latina, francesa, inglesa e alemã, a história de Portugal, da França e da Inglaterra, a literatura portuguesa e a francesa, geografia e geologia, astronomia, química, física, geometria e aritmética. A isso se acrescentavam desenho, piano e dança. Em 1863, quando as princesas completaram, respectivamente, dezessete e dezesseis anos, as aulas passaram a incluir também o italiano, história da filosofia, economia política e o grego¹⁵

Assim, estimulada pelo pai, homem ligado ao saber, a futura regente adquiria o embasamento, julgado necessário à época, para o exercício das funções de liderança. Neste quadro, foi montada uma estratégia de familiarização da princesa com a população, através do

¹³ DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 36.

¹⁴ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 19.

¹⁵ DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos...Op. Cit.*, p. 67.

comparecimento em várias atividades festivas populares. Lembrando, ainda, que a data de aniversário de Isabel ganhou um status diferenciado até mesmo que o de sua irmã, visto que era considerada uma data de “grande gala”, enquanto que o aniversário de Leopoldina, de “média gala”¹⁶.

Oficialmente, a Assembléia Geral Legislativa havia reconhecido Isabel como sucessora legítima de D. Pedro II desde 1850, pois, para a monarquia, “mais do que um procedimento burocrático, era preciso espalhar a notícia pelo Império e preparar o terreno para que a idéia problemática de uma Imperatriz (...) tornasse natural e aceitável entre os súditos de extenso território”¹⁷.

Questão não menos problemática foi a do casamento –o que abraçaria a questão da sucessão ao trono – da princesa. Havia um antilusitanismo latente por parte da elite política brasileira que, de certa forma, impediria a união da herdeira a qualquer príncipe português. Seguindo tradição secular e respaldado constitucionalmente¹⁸, de forma bem articulada, D. Pedro II tomou a frente das negociações, tendo a preocupação de que a união de sua filha não acirrasse os ânimos da oposição e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o regime monárquico. Apesar de preferir que seu futuro genro fosse “católico, de sentimentos liberais, e não ser português, espanhol ou italiano, desejando que não seja austríaco”¹⁹, o Imperador estava disposto a ouvir a vontade de suas duas filhas:

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 40.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.43.

¹⁸ **Constituição do Império do Brasil**. 1824. Artigo 120.

¹⁹ Arquivo Grão-Pará, Petrópolis, pasta de documentos manuscritos de D. Pedro II a François, príncipe de Joinville, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1863, cópia com caligrafia de D. Teresa Cristina.

Nada se fará que comprometa a palavra sem que minhas filhas sejam ouvidas e anuam, sendo então preciso que eu use das informações que para isso deres, e me envieis fotografias não favorecidas dos noivos, e mesmo outros retratos pelos quais se possam fazer idéias exatas das fisionomias²⁰.

Esta postura de D. Pedro II também pode ser explicada a partir de sua própria experiência, adquirida no primeiro encontro com sua futura esposa Tereza Cristina Maria, então princesa das Duas Sicílias, pertencente à dinastia de Bourbon, após seu casamento ter sido realizado por procuração, em Nápoles. Nas palavras de Lilia Schwarcz, “malgrado as informações que lhe haviam chegado sobre as virtudes da imperatriz, D. Pedro só pode notar-lhe os defeitos: Teresa Cristina era baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia”²¹.

Depois das frustradas negociações para casar a herdeira com Pedro, duque de Penthièvre, para tristeza do Imperador - que não abandonara em momento algum suas pretensões políticas de fortalecimento da imagem do Brasil no exterior -, mas para felicidade de D. Isabel, que se apaixonou pelo futuro marido, acordou-se o casamento desta com Gastão d’Orleães, o conde D’Eu. Mais uma vez, os opositores do regime monárquico fortaleceriam seus argumentos contra o Terceiro Reinado, argumentando que uma provável submissão da futura Imperatriz ao marido poderia colocar em risco as instituições e a soberania nacionais.

A agora Condessa de d’Eu parecia não se importar com as conseqüências políticas geradas pelo seu casamento. Sua aparente felicidade transparece em carta enviada a seu esposo, na qual celebra toda sua felicidade junto ao mesmo:

²⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 95.

Hoje faz um ano que, nesta mesma hora, eu tive a felicidade de receber o teu pedido de casamento no salão de onde acabo de sair para te escrever. Não posso deixar passar o abençoado dia de hoje sem escrever alguma coisa nesta hora, uma cartinha separada. Já derramei algumas lágrimas, olhando para o lugar em que estávamos há um ano, exatamente neste dia e nesta hora. Como estávamos trêmulos, mas também como estávamos contentes. Oh, querido, eu nunca me arrependerei de te haver escolhido originalmente no meu coração e, depois, de te haver aceitado como marido. Eu te amo muito, querido; amo-te mais a cada dia. Como eu gostaria de ter ver aqui, meu amor! O que me consola um pouco, como a ti, é pensar que estás pensando em mim, que também me amas muito. Envio-te de lembrança uma mecha de cabelo que cortei neste momento. Oh, meu amor, meu querido, meu bem-amado, meu tudo, nunca duvides do amor que a tua mulherzinha querida sente por ti, desta que te adora. Isabel²²

Para o historiador Lourenço Luiz Lacombe, o casamento da princesa marcou também seu primeiro ato em defesa dos cativos: “Estava realizado o sonho de amor da Princesa. Mas outro sonho, também de amor, mas de amor pelos humildes e cativos, começava aí, exatamente nesse dia”²³. Referia-se ele ao pedido da princesa a seu pai, para que vários cativos que lhe prestaram serviços nos seus tempos de solteira fossem alforriados. Foi atendida.

A vida de Isabel não se resumia a dedicação à família que se formará. Já em 1871, assumiu o cargo de Regente, devido à viagem do pai para tratamento de doença da Imperatriz Tereza Cristina. O momento não era dos melhores. Havia sido lançado o “Manifesto Republicano” e as agitações políticas aumentavam por todo o país, principalmente na Corte. O gabinete Rio Branco, empossado pelo Imperador, apesar de conservador, adotava atitudes

²² Arquivo Grão-Pará, Petrópolis. XL-I, de D. Isabel a Gastão, conde d’Eu, São Cristóvão, 18 de setembro de 1865.

²³ LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel: a princesa “Redentora”*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p. 83.

consideradas modernizantes, nas palavras de José Murilo de Carvalho²⁴. Entendam-se como medidas modernizantes, naquele contexto, aquelas que não alteravam o caráter da propriedade privada, da concentração de renda, mas que, em alguns momentos, dispunham-se a tratar de temas delicados como o trabalho involuntário.

A delicadeza do momento era materializada nas preocupações do Imperador em orientar a Regente na sua condução do processo político, além de nomear como Chefe do Conselho de Ministro o Visconde de Rio Branco para que, com sua experiência, garantisse a estabilidade institucional do país. Mas a tarefa não era fácil. Havia uma inclemente oposição em relação à figura do Conde D'Eu. E mais, havia um problema de interpretação na Constituição, como esclarece Daibert Junior:

*Não estava claro se na ausência do Imperador a Regência seria assumida pela princesa ou por uma Regência Seletiva. Também suscitava dúvida a interpretação relativa à atribuição dos poderes do Regente. Na ausência de D. Pedro ele governaria com plenos poderes ou teria suas funções limitadas pela Assembléia?*²⁵

Os debates políticos intensificavam-se, mas, no final, Isabel foi reconhecida como Regente, tendo, em suas prerrogativas, o Poder Moderador. Para tranquilizar o Parlamento, D. Pedro II, nos seus “Conselhos à Regente”, registrou:

Para que qualquer ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás, conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ: Relume-Dumará, 1996, p. 51.

²⁵ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit*, p. 68.

*possa ter certeza de que ele influiu mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha.*²⁶

Nota-se a preocupação do Imperador em minimizar a presença do Conde D'Eu junto à princesa e criar um clima de tranquilidade política, no período de seu afastamento. Por outro lado, Isabel, mesmo não tendo experiência na condução dos negócios de Estado, mantinha uma postura sólida, aparentemente de serenidade. Não era por menos, pois o Império jamais havia sido governado por uma mulher e essa questão de gênero, como vimos, importunava tanto como as decisões políticas.

Contudo, o grande embate a que se dispôs a Regente foi o de cumprir com as orientações de seu pai, no tocante a extinção gradual da escravidão. Apesar do posicionamento abertamente favorável ao fim da escravidão, a jovem Regente não queria arcar com o peso de uma provável crise política, adotando medidas mais radicais. Para isso, confiava plenamente na astúcia do ministro Rio Branco, presidente do Conselho dos Ministros.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, foi possibilitada, entre outras coisas, pela capacidade política de Rio Branco, e materializada no meio parlamentar. Não pode ser considerada fruto do trabalho pessoal da Regente. Todavia, não se pode negar que sua posição favorável ao projeto tenha facilitado sua aprovação. O discurso de modernidade de Isabel vinha ao encontro das transformações que ocorriam, principalmente, no mundo Europeu. Sua postura firme, em apoiar as reformas sugeridas pelo pai, empolgavam os setores mais progressistas da sociedade, embora a oposição ao seu governo e à monarquia crescesse na mesma medida.

²⁶ ALCÂNTARA, D. Pedro. *Conselhos à Regente*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 60.

De qualquer modo, apesar de sua tradicional discrição, coube à Regente os louros pela empreitada vitoriosa. Fato reconhecido pelo próprio Rio Branco:

Após a votação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, o povo em massa esperou o Visconde do Rio Branco. Quando ele apareceu à porta do Senado, recebeu a manifestação mais ruidosa e comovente que já se fez a um homem público no Brasil. A Princesa Isabel foi-lhe ao encontro, com a fisionomia radiante, e cumprimentou-o com efusão;

- Bravos, Visconde! A sua vitória foi o mais belo exemplo em que os nossos homens de Estado se devem mirar.

- Perdão, Princesa! Se venci, é porque tinha apoio em Vossa Alteza e nos meus luminosos pares legislativos. Logo, o mérito é menos meu que da ilustre humanitária Regente e dos insígnies representantes do País²⁷.

O texto supracitado, indubitavelmente, reflete o aparente descompromisso da Regente com as homenagens espontâneas ou os elogios políticos surgidos com a promulgação da Lei. Mas isto não significava que os defensores da monarquia não se utilizariam do fato para, como veremos depois, construir uma imagem positiva do governo de Isabel.

Não perdendo de vista o caráter paliativo da lei de 28 de setembro, que naquele momento estava dentro das possibilidades de Isabel, o impacto causado pela mesma foi inquestionável. A partir daí, aumentaram os descontentamentos em grande parte dos cafeicultores - em especial os do norte fluminense e Vale do Paraíba - que acirravam sua desconfiança em torno da líder maior do império. De forma errônea, atribuíam à princesa toda a responsabilidade pela, segundo eles, inoportuna lei que aniquilaria com a economia agrícola, levando-os à miséria. Hermes Vieira contesta este argumento, afirmando que:

²⁷ XAVIER, Leopoldo Bibiano. "Revivendo o Brasil-Império". In: Jornal **Diário de Petrópolis**, 01/02/92.

À luz da razão, entretanto, essa animadversão de que se deixaram possuir fazendeiros, estancieiros, conservadores e outros que tais, não procedia, pelo fato de que, muito embora a princesa e o esposo fossem favoráveis à libertação dos escravos, jamais lhes coubera, como era óbvio, a decisão propriamente dita das medidas tomadas em favor deles. Lembre-se que a primeira delas, que veio libertar o ventre escravo, obedeceu à vontade expressa do Imperador e foi alcançada pelo talento e a habilidade de Rio Branco²⁸.

De qualquer modo, significativa parte da sociedade viu com bons olhos a primeira experiência de mando político da Regente. Nos setores menos privilegiados, principalmente, por motivos óbvios, e nos mais abastados da sociedade encontravam-se defensores das ações governamentais da Princesa. Alguns jornais expressavam claramente a satisfação com a Regência, como se comprova abaixo:

Em perto de um ano de Regência a Princesa não recebeu (...) nem teve impressão de desgosto determinada pela censura indireta e ainda menos por apaixonada agressão dos partidos em oposição e, todavia, tinham-se travado em 1871 na tribuna e no Parlamento as discussões renhidas ardentes e impetuosas sobre o projeto que se tornou lei do Império a 28 de setembro daquele ano. Todos respeitaram o caráter provisório da Regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a Princesa²⁹.

No fundo, surgia a perspectiva, mesmo que de forma indireta, de que um provável Terceiro Reinado, sob a batuta de Isabel, poderia surtir efeitos positivos. Já que, devemos lembrar, a oposição a D. Pedro II jamais deixou de existir. Era necessário iniciar os trabalhos de alicerce, preparando o terreno para a continuidade monárquica e as repercussões dos atos da Princesa eram favoráveis para o início desta tarefa.

²⁸ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1989, p 115.

²⁹ *Jornal do Comércio*, 5 de janeiro de 1873.

Após deixar a Regência, em 31 de março de 1872, a Princesa Imperial viajou com seu esposo para a Europa. O gabinete Rio Branco, reformista, continuava a cumprir as determinações de D. Pedro II, enfrentando, como sempre, a oposição de grupos republicanos. Um fato, entretanto, estremeceu as relações entre a Coroa e o Império: a “Questão Religiosa”.

A contenta girou em torno da recusa do Imperador em aceitar as determinações da “Bula Syllabus”, onde o Papa Pio IX determinava a exclusão de maçons das celebrações católicas. Não é objeto do nosso estudo o aprofundamento deste episódio, mas ele se apresentou fundamental para desvelar a ativa participação de Isabel, que se coloca contra o pai e parte em defesa da Igreja. Em carta escrita ao pai, ela relata:

Suas cartinhas me trazem sempre tanto prazer. Vá-me escrevendo todas as vezes que puder. O negócio dos bispos também me inquieta bastante. Poderiam eles ser mais prudentes? O que acho porém é que o governo quer se também meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. E, além disso, se os maçons tem tanto apego às coisas da Igreja que não queriam ser expulsos desta, por que não abandonam a maçonaria? Ou há medo ou então pouco fervor da parte deles. Devemos defender os direitos dos cidadãos brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja? Porque os sócios da maçonaria brasileira não formaram uma outra sociedade, às claras, que nada tivesse de repreensível e que ao mesmo tempo continuasse com o fim de beneficência que principalmente tem assumido em nosso país? Seria um meio de não lesar os direitos a socorros que seus adeptos tenham adquirido. Deus nos ajude! E esclareça ao Penedo, com que já tive há dias uma terrível discussão a esse mesmo respeito, antes que ele e eu soubéssemos que talvez teria ele de ir para Roma para tratar da questão com o Santo Padres³⁰

³⁰“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II, em 31 de agosto de 1873”. Arquivo do Grão-Pará. Petrópolis. Correspondência ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

A postura da princesa é clara. Seu apoio à Igreja vem carregado de severas críticas à maçonaria. Ao citar a Constituição, parece querer lembrar ao seu pai que o Brasil era um Império que tinha como religião oficial o catolicismo. Isabel demonstrava que sua personalidade não possuía nada da mulher estereotipada do século XIX – aquelas direcionadas, apenas, para a vida privada. Ao enfrentar o pai, envolvia-se por completo nas questões da vida pública, influenciando a mesma com seu cotidiano privado de católica devoção religiosa.

A oposição irritava-se com as intromissões da Princesa Imperial. Daibert Júnior retrata as agitações:

Outro aspecto freqüentemente ressaltado na figura da Princesa Isabel era seu apego à religião. Vista como beata, por seu excesso de dedicação ao catolicismo, era considerada uma reacionária ultramontana. A Associação da Princesa com o apego ao catolicismo parece ter ganhado fôlego em sua participação na chamada “Questão Religiosa” em que interferiu energicamente junto ao Imperador a favor da anistia dos bispos, presos por desacatarem a ordem Imperial e expulsarem dos quadros clericais os membros da maçonaria³¹.

De fato, por todo o período, os opositores republicanos da monarquia argumentaram sobre os inconvenientes da proximidade excessiva de Isabel com o clero, bem como não abandonaram as críticas ao seu marido, conhecido pejorativamente como “o francês”. Em violento artigo, o jornal O Pharol teceu o seguinte comentário:

Estamos sob o domínio do marido dessa mulher, ao qual, estrangeiro, pouco se lhe importa o Brasil. Ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar

³¹ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 86.

*os desejos do marido. Cumpre reagir: cada cidadão tem o dever do patriotismo.*³²

As ácidas palavras do texto buscam enfatizar a questão da submissão do gênero feminino, além de estimular comportamentos xenófobos. Não se faz alusão clara a questões políticas, econômicas ou sociais. Busca o artigo desqualificar Isabel, a partir de sua “frágil condição feminina”. É mesmo o aspecto cultural que está em evidência. Uma barreira complexa de ser transposta, tendo em vista que, como afirma Francisco Falcon:

*A cultura apresenta-se como resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica, como queiram) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerando (nas práticas), quer em seus aspectos coletivo, quer eventualmente pelo menos, em seus componentes culturais. Trata-se, assim, de cultura como representante coletiva e também expressão de algum tipo de finalidade inerente à própria cultura*³³.

Beneficiados por sólidas práticas culturais, os opositores de Isabel não se furtavam em lançar mão de argumentos - para época - bastante razoáveis. Nota-se, então, que a cooptação de pessoas para sua causa não se fazia somente no debate de questões estruturais. As representações culturais ofereciam, também, munição para o achaque à monarquia.

A construção das representações da Princesa Isabel, que circulavam entre os diversos segmentos sociais como formas de “conhecimento socialmente elaborado e

³² Jornal **O Pharol**, 5 de junho de 1988.

³³ FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 61.

partilhado”³⁴ e que contribuía para a “construção de uma realidade comum a um conjunto social”³⁵, expressou os mais variados interesses, dentro do âmbito social.

Para desgosto de Isabel, as expectativas criadas em torno da Lei do Ventre Livre não se materializaram na prática. Havia muitos interesses em jogo. Uma coisa era fazer a Lei, outra era fazê-la vigorar. Hermes Vieira traça o interessante estado de abatimento em que se encontrava a Princesa Imperial:

*Chegara-se ao ano de 1879 e, com ele, ao fim de uma injustificada apatia no concernente ao abolicionismo. Soara o momento em que as inobservâncias à lei de 28 de setembro de 1871, que não so decepcionaram os últimos anos de vida do visconde do Rio Branco, como ocasionavam profundos desgosto à princesa Isabel, iriam responder pela estagnação em que jaziam as providências por ela preceituadas. Decorridos quase oito anos, o resultado que se obtém é contristador. De positivo, e alentador, só isto: não acarretara, em instante algum, nenhuma das graves conseqüências previstas pelos que lhe foram contrários; mas também não vinha dando os frutos esperados, simplesmente porque os infensos a ela sabotavam-na por todos os meios e modos. Usineiros e fazendeiros, aliados a quantos compunham as classes conservadoras, não lhe cumpriam o texto legal. A obstrução, desde os primeiros dias de sua vigência, se não era total, era por demais sensível por parte dos senhores de escravos, chegando a revestir uma atitude desrespeitosa, de verdadeiro descaso frente ao governo que, por sua vez, com eles conivente, não reagia como seria de seu dever, antes estimulava, por estranho que pareça, a estagnação em que ela caíra. Se era a educação dos ingênuos e mesmo dos emancipados, nenhuma providência havia sido tomada a respeito*³⁶.

³⁴ JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Edurj, 2001, p. 21.

³⁵ *Idem, Ibidem*.

³⁶ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras...Op. Cit.*, p 134.

O fato é que as mudanças ocorriam de forma demasiadamente lenta, durante o Império. Mas não era para menos, o fortalecimento do Partido Republicano e os ataques à figura do Imperador continuavam em escala ascendente. A própria Isabel reclamava de determinados comportamentos políticos do pai, não lhe poupando algumas críticas, geralmente em formas de cartas:

(...) O meu maior fantasma é o tal poder pessoal de que o acusam meu bom Papaizinho e que julgo dever provir do emperramento que lhe atribuem. Vou por em pratos limpos. A culpa não é sua. Ao menos não é sua só. Papai tem inteligência, tem vontade (tenacidade ou emperramento se quiser) e meios de a por em obra. Os nossos ministros em geral são menos firmes, tenazes ou emperrados, e, portanto a corda sempre arrebenta pelo mais fraco. O que fazer? Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta tanto em negócios que são puramente da repartição deles 9e eu terei mais de seu tempo). E se algum dia não puder, de todo, continuar a dar-lhes a sua confiança ou se ver que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles!!! (...)³⁷.

Claro está no texto, que a passividade de D. Pedro II em tomar atitudes concretas no campo político desagradava Isabel. A Princesa Imperial sugere abertamente mudanças na composição do Ministério e cobrança nas atitudes dos ministros. Propõe a divisão de responsabilidades na condução dos assuntos do Governo. E, talvez o mais importante, exige a demissão daqueles que não corresponderem às expectativas de seu pai.

A partir desta preciosa fonte, acreditamos que as leituras sobre a passividade política da herdeira do trono foram feitas, de forma inconsciente, ou não, com os propósitos mais variados, voltados para denegrir sua imagem. Como ressalta Maria de Lourdes Janotti, “o

³⁷ “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II”. Arquivo do Grão-Pará. Petrópolis. 6 de março de 1872. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”³⁸.

A aproximação da Princesa Isabel com os abolicionistas não tardou. Os estreitos laços com o grupo mais moderado do abolicionismo, onde se inseriam, entre outros, José do Patrocínio³⁹, André Rebouças⁴⁰ e Joaquim Nabuco⁴¹ explica-se pelo fato da mesma ter tido sempre uma postura política reformista. Até porque, setores mais radicais do movimento abolicionista eram francamente republicanos, como é o caso de Silva Jardim⁴². Francamente favorável à abolição dos cativos, Isabel era defensora do regime monárquico. Daí o fato de pautar suas ações com moderação, evitando qualquer tipo de conflito desnecessário.

A herdeira do trono não era uma mulher só de palavras. Organizava festividades com o intuito de angariar fundos para diversos grupos abolicionistas – ela mesma contribuía financeiramente – possuía papel de destaque na Comissão Libertadora, protegia escravos fugitivos e apoiava quilombos abolicionistas⁴³, no que era apoiada por seu marido o Conde

³⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes. “O livro Fontes históricas como fonte”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 10.

³⁹ Patrocínio, inicialmente republicano convicto, passou a apoiar o Terceiro Reinado com Isabel. Sobre Patrocínio ver: SOUZA, Cleuber Castro. *O abolicionismo de José do Patrocínio: a ação política na imprensa (1880-1889)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2005.

⁴⁰ Sobre André Rebouças ver: REBOUÇAS, André. *Diário 1888*. Manuscrito. Arquivo Histórico do IHGB.

⁴¹ Sobre Joaquim Nabuco ver: NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1928.

⁴² Sobre Silva Jardim ver: JARDIM, Antonio Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, FCRB, Conselho Federal de Cultura, 1978.

⁴³ O quilombo abolicionista diferia do tradicional pelo fato de manter relação significativa com a população local, seus líderes serem lideranças conhecidas e bem articuladas politicamente, além de ser ajudado financeiramente por setores da elite, desenvolvendo, não raro, atividade econômica intensa.

d’Eu. Eduardo Silva, no seu importante estudo sobre o quilombo do Leblon, fez assim seu registro:

A Princesa Isabel também protegia escravos fugidos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do engenheiro André Rebouças, que tudo registrava em suas cadernetas implacáveis. Só assim podemos saber hoje, com números precisos, que no dia 4 de maio de 1888, “almoçaram no Palácio Imperial catorze africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis”. E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos parece ter sido montado pela própria Princesa. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder mais de trinta fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador-geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como madame Avelar, dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa de Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, no dia 12 de maio, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos “acolhidos” e “hospedados pela Comissão Libertadora sob os auspícios de Isabel”⁴⁴.

A Princesa atuava, num primeiro momento, de forma discreta. Os inimigos do regime não podiam ser denunciados. Em alguns momentos, até mesmo alguns abolicionistas teciam críticas veladas as atuações de Isabel. Acreditavam que a influência que tinha sobre o Imperador poderia ser amalgamada com os parlamentares mais ligados ao abolicionismo e implementar, de uma vez, a emancipação. Alguns chegavam a lembrar o quão tinha sido discreta a participação da mesma na aprovação da Lei do Sexagenário, de 1885. Outros, como foi o caso de Rui Barbosa, afirmavam que o abolicionismo da herdeira do trono não passava de

⁴⁴ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 28.

uma “questão política, tendo a princesa apenas cedido à uma situação de fato criada pelo movimento abolicionista”⁴⁵.

Mas o reconhecimento da atuação de Isabel junto à gente escrava era incontestável. Um dos mais importantes quilombos abolicionistas, o do Leblon, “espécie de ícone do movimento abolicionista”⁴⁶,

“(...)sempre enviava ramalhetes de camélias, que lá eram produzidas, à Princesa. As camélias simbolizavam o próprio movimento abolicionista e eram chamadas de “camélias da liberdade”⁴⁷
“(...) Por meio delas, os adeptos do abolicionismo identificavam-se numa espécie de código secreto. O cultivo da planta nos jardins domésticos, ou mesmo seu uso na lapela do paletó ou vestido, tornou-se confissão de fé abolicionista (...)”⁴⁸.

Além da funcionalidade deste simbolismo⁴⁹ explicitado no texto, a utilização das camélias tinha um sentido prático, pois facilitava os escravos em fuga articularem suas formas de resistência. As famosas flores seriam transformadas, segundo Bordieu, “numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”⁵⁰.

⁴⁵ SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura...*Op. Cit.*, p. 30.

⁴⁶ *Idem. Ibidem.* p. 15.

⁴⁷ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 122.

⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹ O simbolismo da *camellia japonica* estava associado ao refinamento e a civilização, além da mesma ser uma planta rara no Brasil, em pleno processo de adaptação. Para descrição completa sobre o simbolismo da camélia ver SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e abolição da escravatura...*Op. Cit.*, p. 14.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 11.

Não durou muito tempo a discrição da Princesa em suas ações abolicionistas. No dia 12 de fevereiro de 1888, ela organizou a primeira “batalha das flores”, uma espécie de passeata que objetivava recursos para a causa abolicionista. A própria Princesa, acompanhada do marido e de seus três filhos, seguia na frente do cortejo. A população de Petrópolis participou ativamente. Neste contexto, a Princesa consegue converter em monarquista José do Patrocínio, republicano de destaque na Corte, que empolgado com o sucesso da “batalha das flores”, derramava-se em elogios a herdeira:

O que fez a princesa regente? Ainda, sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos cativos, dava à propaganda abolicionista tudo o quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornalzinhos glorificam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos de trovão, esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implora-lhe proteção⁵¹.

Patrocínio refere-se à Princesa como Rainha. Curva-se aos seus atos abolicionistas. Naquele momento, a moderação os unia. Mas, como já foi dito no corpo do trabalho, a oposição à Isabel jamais descansava. Desta vez, as críticas partiriam de um abolicionista Silva Jardim, buscando tirar proveitos políticos contra a monarquia, vai achincalhar a Princesa em nome da moral e dos bons costumes...

Sim, concidadãos! Sim: o que se diria da senhora, brasileira, que, aos quarenta anos de idade, tendo o pai doente, velho, longe da Pátria, passasse os dias de folia carnavalesca sob chuva torrencial, a jogar entrudo? Que se diria se essa senhora, tendo a enorme responsabilidade da direção de um Estado, destoando da circunspeção de todas as suas compatriotas em menos tempo de vida, estivesse em pueril batalha das flores? (...) Que se diria do pudor da última sertaneja brasileira, se ela pudesse dizer no dia seguinte a tais

⁵¹ PATROCÍNIO, José do. Campanha Abolicionista: coletânea de artigos...*Op. Cit.*, p. 246.

*folganças que não se decotaria por ter o colo encarnado, em razão do brinquedo das flores, do mesmo modo que outra senhora o tinha amarelo, e uma baronesa o tinha preto? Não se diria que esta mulher não tinha uma educação sã, e que são as levandades desta ordem as que conduzem à imoralidade? Mas quando estes, para a moral do povo, verdadeiros escândalos, partem daquela que nos pretende governar, não é justo que se lhe diga que os brasileiros são homens sérios, e reprenderiam suas esposas por graças e brinquedos deste jaez? Que, portanto, homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição?...Batalha das Flores! Cuidado, Senhora! Que estas flores não se vos tornem demasiado encarnadas, que elas se não vos tornem vermelhas...!*⁵²

Mais uma vez, quando faltava a argumentação política, apelava-se para o gênero. De forma deselegante, Silva Jardim baseia-se na idade de Isabel, na sua condição feminina, apoiando-se nos costumes vigentes, para desancar a mesma. Não importava, neste momento, que os dois fossem abolicionistas. Muito menos que a “batalha das flores” tivesse uma finalidade abertamente antiescravista. Para o republicano, a monarquia era inaceitável. Ainda mais se conduzida por uma mulher.

Regente pela terceira vez, Isabel encontrava séria resistência no gabinete conservador do barão de Cotegipe. Havia um confronto entre a Regente e o Presidente do Conselho dos Ministros em torno de medidas antiescravistas. Mas logo o problema foi sanado:

O pretexto para a queda do Gabinete surgiu da demissão de Coelho Bastos, chefe da polícia da Corte, odiado pelos abolicionistas por serem por ele perseguidos. Um incidente entre militares em que Coelho Bastos agiu de forma extremamente violenta para dissipar o conflito causou grande indignação entre a opinião pública, repercutindo de forma negativa sobre o ministro da justiça que havia

⁵² JARDIM, Antonio Silva. “Propaganda Republicana (1888-1889)”. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, FCRB, Conselho Federal de Cultura, 1978. “A Pátria em perigo” (II), pp. 76-88.

nomeado o chefe de polícia, sobre o próprio Ministério e sobre a Princesa que chegou a ser vaiada como conivente com uma atitude arbitrária. Diante destes fatos, a Regente indis põe-se com Cotegipe que acabou pedindo demissão⁵³.

A demissão de Cotegipe facilitaria a vida dos abolicionistas. A formação de um novo gabinete possibilitaria a Regente um melhor trânsito político. Havia uma prática comum do chefe do gabinete demissionário indicar o sucessor. Isto configurava uma espécie de reconhecimento pelos serviços prestados. Isabel sabia que poderia significar, também, o atraso da assinatura da lei que acabaria com o trabalho involuntário no país. Daibert Júnior analisa, de forma bastante convincente, o desenrolar dos fatos:

No entanto, como era de praxe ao longo do Segundo Reinado, Isabel deveria dar a habitual moção de confiança ao Ministério demitido, deixando-o indicar seu sucessor. Além disso, era também comum que se aceitasse a demissão do presidente do gabinete somente após ouvir o Parlamento. Todavia, o protocolo foi quebrado. A Regente, além de não ouvir a sugestão de Cotegipe, convocou o novo ministério antes da abertura anual das Câmaras. Se agisse em conformidade com os costumes políticos já enraizados por D. Pedro II, a Regente deveria aceitar o nome sugerido pelo gabinete demissionário conservador ou chamar os liberais para a composição de um novo ministério. Na primeira opção, configuraria a vitória de Cotegipe que indicaria um nome condizente com sua postura contrária à emancipação imediata e sem indenização. Se optasse por convocar os liberais, Isabel deveria dissolver o Parlamento, convocando novas eleições, o que acarretaria meses de espera e, conseqüentemente, as discussões seriam esvaziadas. Corria o risco de encerrar a Regência sem aprovar a lei ou perder o apoio completo dos conservadores já tradicionalmente contrários à abolição imediata. Chamando o conservador João Alfredo, que já havia feito parte do Gabinete que aprovara a Lei do Ventre Livre, evitaria um racha dentro deste partido. Um conservador poderia pedir o máximo aos seus sem que nenhum partido lhe negasse apoio. Enquanto isso, os liberais não recusariam a abolição, sua bandeira sustentada há muito tempo. Mas, se o projeto de lei fosse

⁵³ VIEIRA, Hermes. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras...*Op. Cit.*, p 129.

*apresentado por um gabinete liberal, seria rapidamente recusado entre os conservadores já insatisfeitos*⁵⁴.

As manobras de Isabel, dentro de um contexto de crise política, revelam o amadurecimento da mesma, no trato das coisas do Estado. Mantendo sua postura equilibrada, a Regente conduziu o processo de substituição do gabinete sem abalos mais significativos. Conseguiu neutralizar a ala mais radical do Partido Conservador, nomeando João Alfredo, um moderado, para Presidente do Conselho de Ministros. Conservou à margem do processo o Partido Liberal.

Cotegipe parecia não acreditar no desfecho político e confidenciava a um amigo: “dizem que as arruaças fizeram cair o Ministério. Em parte têm razão, porque se não foram a causa, foram o pretexto. A causa real vem da batalha das flores e tudo se liquidará em tempo oportuno”⁵⁵.

Aproximava-se o momento da erradicação da escravidão legal no Brasil. Na fala do Trono de 3 de maio de 1888, a Regente expressava claramente seu objetivo maior, deixando eufóricos os abolicionistas e desesperando os escravocratas:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que

⁵⁴ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 132.

⁵⁵ Carta de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, a João Ferreira de Araújo Pinho. Rio de Janeiro, 19 de março de 1888. Arquivo Histórico do IHGB.

*não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições*⁵⁶.

O discurso da Regente reafirma a idéia do processo pacífico que uma abolição vinda de cima para baixo asseguraria. Procura demonstra uma realidade inexistente de unidade em apoio à causa abolicionista, desprezando setores agrícolas descontentes. Por outro lado, reafirma sua disposição na eliminação do elemento servil, dentro dos quadros institucionais. Não sem deixar de citar o caráter cristão da missão assumida, pelo Parlamento. Omite, como era de se esperar, a secular luta dos escravos pela sua emancipação. A construção representativa de um Estado Imperial condescendente com as aspirações sociais poderia garantir a longevidade da monarquia.

Daí até a assinatura da Lei Áurea não durou muito tempo. Vendo que o Parlamento inclinava-se para a abolição imediata da escravidão, os fazendeiros escravocratas procuraram garantir, ao menos, uma indenização, conforme nos explica Barman:

*A campanha dos proprietários rurais pela compensação contou com o firme apoio do Partido Republicano, que, indiferente à coerência ideológica, tratou de acolher em suas fileiras todos os interesses hostis ao regime imperial. O núcleo do Partido Republicano era a intelligentsia, homens cultos, mas sem fortuna nem conexões familiares. Essa intelectualidade se inspirava na França, onde a Terceira República enfrentava um conflito feroz com o monarquismo e a Igreja Católica*⁵⁷.

⁵⁶ Secretaria da Câmara dos Deputados. Fallas do trono desde o anno de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 504.

⁵⁷ BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil...*Op. Cit.*, p. 256.

A idéia de compensação não foi muito longe. A pressão de grupos ligados aos abolicionistas e o próprio empenho pessoal de Isabel, aniquilou as pretensões dos grupos escravistas. A abolição se fez sem indenizações aos antigos proprietários de escravos e a simplicidade da Lei Áurea, com apenas dois artigos⁵⁸, acabou por fortalecer a imagem da Regente junto à população. Os festejos foram intensos e as homenagens a Princesa Imperial vinham dos mais variados setores da sociedade, excluindo-se, obviamente, os escravocratas e alguns membros do Partido Republicano. Mais uma vez, José do Patrocínio enaltecia o governo da Regente:

Não há, na legislação do mundo, nada mais extraordinário que essa emancipação de um milhão de homens, seguida da mais plena confiança do Estado, nos sentimentos deles. Franqueiam-se lhes as portas da sociedade, canonizando-se-lhes apenas o passado e dotando-os com as flores do triunfo. Era em véspera da colheita. Essa gente saía pobre da riqueza que havia acumulado em três séculos de trabalho forçado, vinha com o coração sangrando a saudade secular do direito. E não há uma desordem, não há um atentado cometido contra os senhores da véspera, compatriotas do dia grandioso. Ao contrário, um quadro tocante de confraternização se desdobra pelo interior. O novo cidadão sobreesta no alvoreço íntimo para dissipar cavalheirosamente a nuvem da tristeza que paira sobre a fronte dos proprietários, e, enquanto não mistura lágrima de solidariedade, enquanto não se compromete a assegurar ao ex-senhor a fortuna ameaçada, não continua no hosanar a liberdade recém-proclamada. (...) Depois dos primeiros dias de festa, como um enxame depois de uma revoada entre a primavera, volvem ao trabalho, e, há um ano, a sociedade só se apercebe da existência do liberto, pela continuidade

⁵⁸ Lei 3.335 de 13 de maio de 1888. Declara Extinta A Escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte: Art 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art 2º Revogam-se as disposições em contrário. Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Arquitetura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperado, a faça imprimir e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princesa Regente Imperial.

da produção, pela fartura dos mercados. Por toda parte trabalho, paz, profunda, esquecimento do passado. Bendito contraste! Enquanto muitos dos que foram feridos pela reparação necessária de uma injustiça secular, se revoltam e procura vingar-se tornando-se o pesadelo da evolução nacional, os ex-escravos consideram-se pagos de toda uma vida de dor e humilhação com a simples liberdade. (...) Todos esses fatos, de profundo valor social e que não passam despercebidos ao historiador e ao filósofo, testemunham que o dia 13 de maio não foi a explosão romântica de um coração de mulher, mas a sanção da lei natural da mutualidade, que não é impunemente violada.⁵⁹

O texto de Patrocínio reverencia a abolição da escravidão e atribui a Princesa Imperial o papel condutor do processo. Nas linhas, busca passar a idéia de felicidade geral dos ex-cativos, não fazendo menção a real situação de marginalização social a que se encontravam. Mas, o objetivo era manter a ligação Princesa/abolição, criando um ambiente favorável para a ascensão ao trono de Isabel.

Os republicanos buscaram de imediato, mas não com muito efeito, dissociar a imagem da Regente à abolição. Estava em jogo a busca frenética pelo poder e seu exercício que ocorre, segundo Barman,

“quando um indivíduo ou grupo é capaz de levar outro a fazer algo que normalmente não faria, ou quando um indivíduo ou grupo pode impedir outro de fazer o que quer (...) O poder é exercido em meio a uma gama de noções e entendimentos – inclusive crenças (religiosas ou não), maneira de pensar, leis, costumes, convenções e padrões de comportamento – prevaletentes num dado momento”⁶⁰.

A afirmativa supracitada faz-nos compreender a necessidade de neutralizar a ação da Regente no processo da abolição. Para os republicanos, era extremamente perigosa a

⁵⁹ **Cidade do Rio**, 13 de maio 1889.

⁶⁰ BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil...*Op. Cit.*, p.18.

apologia de Isabel e da monarquia. Todos os mecanismos disponíveis seriam utilizados para a anulação completa deste vínculo.

Uma honraria inesquecível para a herdeira do trono ou uma prova de subordinação e risco a que poderia se submeter o país, no caso de um Terceiro Reinado, sob os auspícios de Isabel? Assim giraram as discussões em torno da homenagem prestada pela papa Leão XIII à Princesa Imperial, agraciada com a Rosa de Ouro. Honraria prestada a poucos, “esta condecoração era oferecida unicamente a chefes de Estado, uma vez por ano, em virtude de atos de benemerência e caridade (...) era, no entanto a primeira a atravessar o Atlântico”⁶¹.

Contemporaneamente a este imbróglio político-cultural, os libertos festejavam a “Redentora”. As tradições africanas de realeza contribuíram muito para o feito. Marina de Mello e Souza facilita nossa compreensão:

*Era comum que os africanos e seus descendentes, ao se reorganizarem em comunidades no Novo Mundo e no contexto do escravismo, escolhessem chefes que chamavam de reis, assumindo um termo que era lusitano, mas se adequava a formas de organização política e social básicas nas sociedades africanas, as quais, independentemente de sua complexidade, eram estruturadas em reinos, confederações tribais e tribos independentes*⁶².

Como se vê, a idéia de reis protetores não foi uma imposição européia. Encontra sua gênese na África e veio ao encontro do momento festivo da abolição. Sendo assim, seria difícil para os opositores do regime monárquico alterarem, de forma radical, as heranças culturais dos

⁶¹ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 160.

⁶² MELLOS E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo*. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 1999, p. 253.

libertos. Isso não invalida a participação do negro como principal agente histórico da sua emancipação servil. Mas o aproxima muito mais do regime monárquico, em detrimento do republicano.

A construção das representações da Princesa Isabel transitou pelos espaços do domínio público e privado, pela questão religiosa, interesses políticos, concepções de gênero, além das motivações econômicas, todos ligados às práticas culturais da época. Longe de atribuir a um único indivíduo o papel exclusivo no processo histórico, ressaltamos que a Princesa Imperial contribuiu, também, para a materialização da Lei Áurea. Sendo assim, ao seu modo, baseada em suas convicções e interesses, a herdeira do trono brasileiro teve papel destacado na sociedade em que viveu.

Capítulo II

A Sociedade Negregada: racismo à flor-da-pele e sectarismo social no fenecer do Império

O Estudo sobre a princesa Isabel nos forneceu elementos para a compreensão da participação da mesma no processo de extinção da escravidão no Brasil. Sem querer entrar no mérito se a participação da regente foi fruto de um sólido engajamento político-social, ou reflexos de impulsos determinados pelo incandescente contexto das lutas abolicionistas, não se pode negar a importância da atuação da princesa no episódio derradeiro do fim do trabalho servil no país.

Faz-se mister para o desenvolvimento das análises sobre a “Guarda Negra” pontuar e desvelar alguns elementos constitutivos do mundo imperial brasileiro, já na marcha para sua desintegração - ao menos no aspecto institucional. Reconhecendo que, mesmo de forma proposital, não terão a devida atenção no que se refere a estudos mais aprofundados, temas como as “irmandades”, os “capoeiras”, os “partidos”, a “religiosidade negra” serão abordados neste capítulo. Cremos ser de grande relevância estas referências para traçarmos um paralelo destes com as ações abolicionistas da Princesa Isabel, pois só assim compreenderemos quais foram seus limites e, principalmente, o quão foi difícil realizá-las ao se defrontar com interesses diversificados dentro da sociedade.

Por outro lado, estaremos privilegiando os protagonistas principais da luta abolicionista, os próprios negros, ao tentarmos compreender suas formas de organização,

cultura e seus significados, dentro de um contexto social hostil. Desta forma, a nossa leitura sobre os acontecimentos do final do século XIX será alicerçada numa diversidade de elementos, o que nos afastaria, definitivamente, do simplismo de uma visão maniqueísta da história.

Carregando em seu corpo as marcas inclementes de seu passado escravo, os negros e mulatos da Corte expressavam, em linguagem rica e variada, suas vivências. Os terríveis anos de açoite foram incapazes de sufocar suas grandezas culturais, numa prática “em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência”⁶³, conforme afirma Thompson. Resistência que, na análise aqui proposta, era a garantia da sobrevivência da rica tradição africana e estimulava a luta por alterações sociais capazes de minorar as animosidades enraizadas no segmento negro da sociedade.

Lutando contra uma sociedade que o deixava de lado, num claro processo de segregação, o negro criava suas formas de resistência, manifestando-se abertamente contra tal processo e seguia em frente na sua vida cotidiana, assim como afirma Agnes Heller:

a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

⁶³ Para melhor compreender a relação entre cultura e resistência ver: THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y conciencia de classe*. Barcelona: Crítica, 1979.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.⁶⁴

A vida cotidiana do negro esbarrava, inevitavelmente, nos preconceitos de uma sociedade que se queria branca, mas que, embora de forma quase sempre velada, bebia na fonte da cultura dos “homens de cor”. Inerente às sociedades, de uma forma geral, o preconceito, considerado por Heller como “categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”⁶⁵, amalgamava racismo, medo, arrogância, defesa, dentre outros, num caldo denso de atitudes acovardadas. Mas como se libertar de preconceitos, se a sociedade era envolta por discursos discriminatórios como o de Sylvio Romero que afirmava ser o negro “um ponto de vista vencido na escala etnográfica” e por isso posicionou-se contrário ao fim do regime de trabalho compulsório no Brasil⁶⁶? Como se libertar de preconceitos se a sociedade excludente era embasada por “brancos ou “esfolados” bem-nascidos e bem-pensantes que, durante todo o século XIX, realmente temeram acabar sendo tragados pelos negros mal-nascidos e mal-pensantes?⁶⁷

⁶⁴ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 17.

⁶⁵ Heller afirma que “devemos nos aproximar da compreensão dos preconceitos partindo da esfera da cotidianidade”. Para a autora, cotidiano e preconceito andam juntos. *Idem. Ibidem*, p. 43.

⁶⁶ Sobre o pensamento anti-abolicionista de Sylvio Romero ver: ROMERO, Sylvio. *Joaquim Nabuco e a Emancipação dos Escravos*. In: *Ensaio de Crítica Parlamentar*. Rio de Janeiro: Moreira, Maximiliano & Cia., 1883, p. 163-73.

⁶⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 17.

A complexidade da questão vem à tona a partir dos estudos de Florestan Fernandes. Este, de um modo geral, afirmava que o caráter irracional do sistema de trabalho compulsório havia semeado nos negros e mulatos um comportamento de incapacidade intelectual e até moral, para se enquadrar às novas necessidades da economia capitalista em expansão, o que poderia explicar sua exclusão social. A culpa da exclusão social teria sua gênese, então, na incapacidade de adaptação do negro:

Dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sócio-cultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo escravo e pelo liberto sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas “para fora” nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os “outros” e de integração à ordem social emergente. As alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda mais as expectativas daí decorrentes.⁶⁸

Célia Maria Marinho de Azevedo nos explica que a alegação de que o caráter irracional da escravidão produziu homens indolentes e irracionais influenciou importantes estudiosos, como Fernando Henrique Cardoso⁶⁹ e Otávio Ianni⁷⁰. Fez também uma análise sobre os fundamentos utilizados por estes autores

⁶⁸ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, p. 48.

⁶⁹ Sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁷⁰ Sobre Otávio Ianni ver: IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo – Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

A contrapartida deste modo de pensar é lógica, e assim, se chega a uma e a só uma conclusão inevitável: se no Brasil não havia quem formasse o mercado de trabalho livre, dada a incapacidade mental e despreparo profissional do ex-escravo, tornava-se inevitável a vinda de mão-de-obra estrangeira, devido ao seu (suposto) enquadramento nas relações de produção capitalistas. Da irracionalidade de um sistema escravista, pré-capitalista, que gerava homens pouco racionais, objetivava-se passar à racionalidade de outro sistema – o capitalista, através de agentes racionais já produzidos por ele.⁷¹

Como se pode notar, o trabalho imigrante aparecia, assim, como uma forma de dinamizar as relações de produção capitalista no Brasil. Mas não podemos nos deixar levar pelo determinismo econômico, visto que a vinda do imigrante está impregnada de elementos racistas. A idéia de construção de uma sociedade rica, livre e homogênea não incluía, quase de uma forma geral, os ex-cativos. A elite nacional via na formação européia a materialização de suas aspirações, enquanto sociedade, daí que

era preciso que se forjasse uma população plenamente identificada com a idéia de pátria, de sociedade brasileira, não só em termos de limites geográficos como principalmente no sentido de uma ética nacional. Contudo, a percepção de uma explosiva heterogenia sócio-racial destaca-se como um considerável entrave no pensamento daqueles que almejavam transformar o país recém-independente em nação.⁷²

Ancorados em teorias racistas⁷³ do século XIX, a elite sócio-econômica do país passa a ver a questão da escravidão negra sob nova ótica, analisando

⁷¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.*, p. 22.

⁷² *Idem, Ibidem*, p. 51.

⁷³ Para saber mais sobre as teorias racistas no Brasil, ver: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. O capítulo “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX” traça um quadro interessante, a partir da análise dos trabalhos de Sylvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha.

o tema do negro livre não mais do ângulo inicialmente proposto – o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho -, mas sim da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas (...) Assim, a velha preocupação com a ausência de um povo e a heterogenia sócio-racial ganhou novos contornos nas análises dos imigrantistas. É que, ao invés de simplesmente constatar aquilo que já era secularmente de senso comum – a inferioridade de negros e mestiços – e passar em seguida a tratar de sua incorporação social, estes reformadores tentaram compreender o que reconheciam como diferenças raciais e a partir daí derivar suas propostas. A implicação disto é que a idéia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu “paganismo” e “barbarismo” cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências. Em decorrência, ao assumirem a idéia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, estes autores inclinaram-se a tratar da transição para o trabalho livre quase que exclusivamente do ângulo do imigrante, já que consideravam negros e mestiços incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais.⁷⁴

A presença negra na população brasileira estorvava os sonhos das elites na organização de uma pátria coesa etnicamente. Desde então, começam a ganhar força teses sobre a necessidade do “branqueamento” da população. A miscigenação passa a ser vista com uma forma de “purificação”. Segundo Azevedo,

não era só o negro que necessitava cruzar com o branco para conseguir se elevar mentalmente e, portanto, socialmente; por uma questão de sobrevivência física, também o branco, transposto para um clima que lhe era inadequado, precisava miscigenar-se com as duas raças inferiores, já plenamente adaptadas ao habitat tropical. Iniciado este salutar processo de miscigenação, a lei da seleção natural determinaria, por seu turno, a vitória final da raça branca sobre a negra e a indígena, e ainda se obteria

⁷⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.*, pp. 52-3.

*um espécime de homem ariano superior, plenamente ambientado ao continente americano.*⁷⁵

É neste espaço de conflitos e contradições, na cidade do Rio de Janeiro, que basearemos nossas análises sobre as práticas cotidianas dos negros e mulatos. Para tanto, a definição que Michel de Certeau dá ao espaço como lugar de relações e práticas cotidianas é fundamental:

*o espaço é o lugar praticado [portanto] existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção quantidades, velocidade e variável de tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram... é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.*⁷⁶

Percebe-se, então, que, através do espaço, é possível romper as relações impostas pelas estruturas de poder na sociedade pela via das práticas cotidianas. Se o espaço é o epicentro problemático, é de lá também que se podem romper os alicerces de uma sociedade erigida em práticas de discriminação sócio-econômicas.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, mesmo trazendo pelas suas vielas conflitos sociais intensos, foi cenário de desenvolvimento, a partir de meados do século XIX. O fim do tráfico de escravos, em 1850, redirecionou considerável volume de capitais, abrindo novas perspectivas sócio-econômicas, com a dinamização do setor de transportes, já que

⁷⁵ *Idem, Ibidem.* p. 61.

⁷⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano 1.A arte de fazer.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 202.

foi um período de modernização acelerada. A Estrada de Ferro Dom Pedro II (hoje Central do Brasil) começou a ser construída em 11 de junho de 1853; o primeiro trecho, com cerca de 48 quilômetros de extensão, ligando a Corte a Queimados, foi inaugurado em 1858. Em 1861, trens corriam até subúrbios mais distantes, chegando a Cascadura, com duas viagens por dia, uma para ir, outra para voltar do trabalho.⁷⁷

Em contradição com o crescimento acelerado da população, o número de escravos tendeu a cair, devido ao aumento de preço dos mesmos e a necessidade de mão-de-obra compulsória nas fazendas de café dos municípios vizinhos, ambos gerados pelas sucessivas leis de restrição ao escravismo – Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885).

Paralelamente, agigantava-se o número de marginalizados sociais. Pessoas sem qualificação profissional, excluídas do acesso às mínimas necessidades de uma sobrevivência digna. Eduardo Silva faz importante relato ao afirmar que

essa população econômica e socialmente marginalizada, composta sobretudo por negros e pardos, nativos ou adventícios, constituiu, pela força do número, uma espécie de cidade paralela, nos imprecisos limites entre o legal e o ilegal. Nessa cidade do Rio de Janeiro (...) os números são significativos. Cerca de 60% da população escrava, em 1872, não possuía nenhuma qualificação profissional. Em 1890 os “sem profissão declarada” somavam nada menos que 48.100 indivíduos, cifra virtualmente idêntica, se compararmos aos 48.048 empregados no comércio, incluído-se aí o verdadeiro exército de vendedores ambulantes que, com seus balaios e tabuleiros à cabeça, perambulavam por toda parte, no centro e na periferia.⁷⁸

⁷⁷ SILVA, Eduardo. *Dom Oba d' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 74.

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p. 75.

Infere-se, então, que o crescimento da cidade não foi acompanhado de melhorias nas condições de vida da esmagadora maioria da população. O quadro agravava-se mais ainda, devido às constantes epidemias que assolavam a capital, tornando mais alta a taxa de mortalidade. Claro está, que os mais atingidos eram os herdeiros do passado escravo e seus descendentes, pois além de terem de conviver em um ambiente desumano, ainda sofriam preconceitos variados devido à sua cor e/ou descendência.

Mas a camada mais abastada usufruía do melhor que a cidade podia oferecer. Tendo o mundo francês como referência, a elite da Corte esbanjava nos gastos, não se importando com a tensão social imposta pelas disparidades sócio-econômicas. Na verdade, era uma sociedade à parte, com seus caprichos infindáveis e sua eterna ambição de europeizar-se.

Este cotidiano diferenciado foi competentemente descrito no texto de Schwarcz, onde se pode confirmar a existência de um mundo paralelo:

o mundo dos passeios ao longo das avenidas e dos novos hábitos de consumo também se alterava rapidamente. Para o recente comércio fino, a rua Direita – que misturava estabelecimentos de moda com pequenos armazéns de secos e molhados e lojas vulgares – parecia não ser mais suficiente. O acanhado das ruas, o odor de esgoto, o serviço urbano dos escravos, o cheiro de maresia, tudo contribuía para a decadência do local (...) Por oposição ao comércio de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, a indumentária requintada com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris.

Mulheres percorriam as ruas com suas saias amplas e longas – que lhes cobriam as pernas –, seus xales de seda da Índia e seus chapéus sempre pequenos. Costureiras de nomes estrangeiros cuidavam da moda, enquanto os penteados ficavam por conta do concorrido salão do senhor Charles Guinard. Isso sem esquecer a perfumaria Desmarias, que não permita que o calor dos trópicos e a falta de banhos gerassem um odor já

*considerado “natural” (...) Neste contexto, a rua do Ouvidor transformava-se no símbolo dileto dessa nova forma de vida em que pretendia, nos trópicos, imitar a mesma sociabilidade das cortes ou dos mais recente bulevares europeus.*⁷⁹

Explícito está que este mundo paralelo não permitia a presença de negros. No muito, os mestiços libertos tinham restrito acesso, geralmente embasado por profissão liberal de prestígio, como jornalistas, ou apadrinhados por membros da elite da Corte. Obviamente isolado dos menos privilegiados, este contexto refletia as próprias contradições do jovem país que há pouco se formara. Ao mesmo tempo, uma espécie de combustível “invisível” impulsionava nos segmentos menos abastados sentimentos de revolta e insatisfação, enquanto “na ótica da Corte, o mundo escravo, o mundo do trabalho, deveria ser transparente e silencioso (...) Dividindo espaços, a corte da rua do Ouvidor tentava fazer da escravidão um cenário invisível”.⁸⁰

As oportunidades de ascensão social entre os negros e mulatos, com raras exceções⁸¹, eram restritas e, quando ocorriam, esbarravam sempre na questão da cor. O sistema educacional era organizado para poucos, incluindo-se a parcela branca da população. Somente os mais privilegiados financeiramente, com raríssimas exceções, tinham acesso à educação superior. Educação esta que se tornou “elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial (...) porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados

⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 107.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p. 116.

⁸¹ Pedro Calmom cita Cruz e Sousa, José Maurício, Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças e Teodoro Sampaio, como exceção à regra. CALMOM, Pedro. *História Social do Brasil, v. 2: espírito da sociedade imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.76-75.

num mar de analfabetos”.⁸² Ousamos acrescentar às palavras de José Murilo de Carvalho: a elite apresentava-se como uma ilha de letrados e abastados.

Ressignificando seu cotidiano, a população mais humilde criava suas formas de celebração, incorporando elementos da realeza. Tímida forma de tentativa de aproximação com celebrações que nem sempre compreendiam e que, quase sempre, no máximo, participava como espectadora – o das datas cívicas. Os excluídos articulavam suas próprias formas de inserção, já que “nas demais procissões de rua, entretanto, eram os imperadores do Divino e outras figuras do imaginário popular que tomavam a cena, mesmo que de forma breve e passageira”.⁸³

Era nas festas religiosas que o povo excluído socialmente, ou seja, o mais pobre, realizava sua catarse e, por momentos efêmeros, exercitava seu sentimento de pertença, “além disso, nos dias de festa religiosa, vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada”.⁸⁴

Logo, o espaço das festas sagradas configurava-se num raro momento de convivência aparentemente harmoniosa, num país em desarmonia. Sob uma postura, no mínimo, intrigante e ingênua, os desprivilegiados da Corte socializavam com os abastados, cada um ao seu modo, a esperança nas boas ações das divindades.

⁸² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 65.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 248.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 258.

As confrarias – associações corporativas organizadas por leigos e sediadas nas igrejas⁸⁵ - também funcionavam como um espaço de convivência entre escravos e negros libertos, apesar de reguladas por fatores econômicos e de cor. Dividindo-se nas categorias de Irmandades e Ordens Terceiras, além de desenvolverem atividades de caráter religioso, funcionavam como entidades beneficentes. A participação nestas instituições conferia prestígio, não só a elite branca abastada, mas as pessoas mais pobres. Mesmo dentro das confrarias podia-se notar o caráter excludente da sociedade, pois

*havia irmandades de brancos, de pretos e de pardos (...) o primeiro critério de aceitação na Santa Casa de Misericórdia era ser “limpo de sangue, sem alguma raça de Mouro, ou Judeu, não somente na sua pessoa, mas também sua mulher”. A Ordem Terceira de São Domingos, fundada por bem-sucedidos imigrantes do Porto, de Viana do Minho e de Lisboa, discriminava índios, negros, judeus e brancos pobres.*⁸⁶

As irmandades de africanos não escapavam da estrutura de organização baseada na hierarquização, o que não impedia de se constituírem em espaços de afirmação cultural.

Os postos de comando pertenciam a determinados grupos

os juízes serão homens pretos, entre os quais deve um deles, o de mais discurso, falar por si e também por todos. Entretanto, os escravos, mesmo que tivessem o dom da oratória, só podiam exercer o cargo de juízes se fossem dotados de capacidade, posses e liberais, entendendo-se por liberais os que gostassem de gastar com a irmandade. Raros os escravos capazes de preencher esses requisitos. Nas irmandades negras geralmente se proibia o acesso dos escravo à direção (...) As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo, por exemplo, as

⁸⁵ Eram divididas em Irmandades ou Ordens Terceiras, sendo a última ligada às ordens religiosas. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 390.

⁸⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 53.

de angolanos, jejes e nagôs. Imaginadas como veículo de acomodação e domesticação do espírito africano, elas na verdade funcionaram como meios de afirmação cultural. Do ponto de vista das classes dirigentes, isso foi interessante no sentido de manter as rivalidades étnicas entre os negros, prevenindo alianças perigosas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos negros, impediu-lhes a uniformização ideológica, que poderia levar a um controle social mais rígido. Com o passar do tempo as irmandades serviram até como espaço de alianças interétnicas, ou pelo menos como canal de “administração” das diferenças étnicas na comunidade negra.⁸⁷

O catolicismo popular encontrou nas irmandades um instrumento de divulgação, naquilo que João José Reis viria a chamar de “carnavalização da religião”, onde se misturavam rituais religiosos e laicos:

Nas celebrações das confrarias negras, o sagrado e o profano freqüentemente se justapunham e às vezes se entrelaçavam. Além das procissões e missas, a festa se fazia de comilanças, mascaradas e elaboradas cerimônias, não mencionadas nos compromissos, em que se entronizavam reis e rainhas negros devidamente aparatados com vestes e insígnias reais. Esses monarcas fictícios ocupavam cargos meramente cerimoniais, como se as irmandades fossem uma espécie de monarquia parlamentar.⁸⁸

Outro fator que favoreceu a penetração do elemento negro nas irmandades foi o ritual da morte. Muito valorizado nas terras africanas, o cerimonial dos enterros significava uma espécie de comunicação com o mundo dos mortos e a valorização dos ancestrais, conforme afirma João José Reis:

O culto aos mortos tinha uma relevância muito maior na tradição africana, embora não estivesse absolutamente ausente da portuguesa. Entre os angolanos, os espíritos ancestrais chegavam mesmo a influir mais no dia-a-dia do que as próprias divindades. Os africanos, de um

⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p.55.

⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 62.

modo geral, tinham meios rituais mais complexos de comunicação com os mortos, como o culto ioruba dos eguns. Enquanto isso, a doutrina da Igreja não se interessava especificamente em cultuar os mortos, concentrando-se em salva-los. Os vivos, é verdade, podiam interceder por eles mediante orações e missas, mas os mortos, por ignorarem as coisas do mundo no momento em que aconteciam, pouco podiam fazer pelos vivos. Os mortos ganharam mais importância no catolicismo popular, ainda impregnado de fortes componentes mágicos e pagãos. Nessa tradição figuravam como personagens poderosas, capazes de atormentar ou de ajudar os vivos (...) No que dizia respeito à vida além-túmulo, encontramos diferenças e semelhanças entre portugueses e africanos. Ambos acreditavam numa espécie de julgamento (...) um princípio de exclusão: a concepção moral de que bons e maus mortos teriam destinos diferentes (...) A escatologia africana variava de um povo para outro. Uma das mais complexas era a ioruba. De forma bastante simplificada, para eles haveria dois além-mundos ou Orun, um chamado de Orun Rere, Orun Funfun, ou Orun Baba Eni (“Bom Orun”, “Orun Branco”, ou “Orun dos Nossos Pais”); outro conhecido por Orun Buburu ou Buruku e Roun Apadi (“Orun Ruim” e “Orun de Cacos de Vasos de Barro”). A depender do merecimento, os mortos podiam ir para uma dessas regiões do além, penar em regiões específicas da terra e ainda, em alguns casos, reencarnar em pessoa ou metamorfosear-s em animais”.⁸⁹

Conclui-se, então, que as irmandades possibilitaram aos negros a manutenção de determinadas tradições culturais, a partir de um sincretismo proposital com as práticas católicas comumente africanizadas, além de representarem para os negros a possibilidade de terem um sepultamento condizente com suas devoções religiosas, bem como a representação de status e poder que era conferido pela ritualística existente na simbologia das mesmas.

⁸⁹ LUIS-VINCENT, Thomas APUD *Idem, Ibidem*, p. 90-91.

A africanização da religião católica era vista com algumas restrições pelo clero⁹⁰. Mas significava a absorção, ao seu modo, do cristianismo pelos descendentes de africanos. Vainfas faz uma interessante síntese da importância das irmandades no cotidiano dos negros:

A participação dos descendentes de africanos nas irmandades católicas já foi vista como uma forma de acomodar os escravos e negros libertos à sociedade escravista. Pesquisas mais recentes têm demonstrado, porém que as irmandades dos negros foram espaço importante para recriação e vivência de identidades sociais muito distantes dos presumíveis interesses senhoriais. Nessas irmandades, ao longo do século XIX, em várias partes do Brasil, os negros conseguiram realizar uma série de práticas culturais – espécie de catolicismo africano – com relativa autonomia e ousadia em torno de suas festas, assembléias, eleições e assistência mútua, tecendo solidariedades que ajudavam na dura luta pela sobrevivência e na obtenção de uma morte digna.⁹¹

Esta constatação, no entanto, não escondia as rivalidades intrínsecas ao mundo negro. Desde o período colonial, uma espécie de hierarquização pelo tipo de trabalho exercido permeou o mundo dos escravos. Não eram raros os casos de violências entre os cativos, originários da própria diversidade existente entre as nações africanas. Mais tarde, este comportamento também se refletirá nas cidades, acrescentado de outras motivações, ligadas, não só ao ofício, mas a própria condição de liberto ou não.

A senzala esteve, enquanto existiu, dividida por rivalidades e antipatias. Nas zonas rurais o negro da Casa Grande tinha melhor sorte que seu parceiro do campo. Mucamas, babás, cozinheiras, amas, costureiras,

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 56.

⁹¹ VAINFAS, Ronaldo (org.) *Op. Cit.* p. 391.

cocheiros, pajens, lavadeiras, mobilizados no serviço direto ao senhor, eram melhor tratados e encontravam maiores oportunidades para obter alforria do que os negro do eito. Viviam mais ou menos segregados dos seus parceiros que labutavam no campo de sol a sol. “Negro do eito, vira copeiro, não oia mais por seu parceiro”, dizia-se nessa época. Constituíam um mundo à parte, distante dos negros da roça. Eram invejados e as vezes odiados. Sua aparente superioridade, segregava-os de seu grupo natural e lhes impunha todo um cortejo de interdições. Não pertenciam à senzala. Não chegavam a ser aceitos no mundo dos senhores. Alguns se ligavam por laços afetivos aos patrões, outros os odiavam de tal forma que não hesitavam em elimina-los. As notícias de crimes cometidos por escravos mantiveram apreensiva e cautelosa a classe senhorial, enquanto perdurou a escravidão.

Outras formas de rivalidade dividiam os escravos. Nas cidades os negros isolavam-se por nações: os Minas, os Cassangues, os Moçambiques ou os Congos. Mantinham-se, às vezes, antigas hierarquias. Conta-se que alguns príncipes africanos conservavam no cativeiro o respeito de seus súditos. Às posições hierárquicas tradicionais somavam-se novas distinções estabelecidas com base na superioridade de ofício e de posição dentro do regime escravista. “Uma escrava de categoria – bem vestida e bem apresentada – não experimenta compaixão nem simpatia pelo parceiro maltrapilho e sujo” notava um viajante que visitou o Brasil nos meados do século. A posição do senhor refletia-se na do escravo e o negro que pertencia a um fazendeiro sentia-se superior ao que trabalhava para um modesto oficial, embora fosse talvez mais infeliz e mais do que o outro sujeito à rigorosa disciplina. A consciência de solidariedade formou-se tardiamente entre os escravos. A ação abolicionista foi fator importante para isso, instigou-os a unirem-se para a conquista da liberdade e lhes fornecer os meios.⁹²

A importância desta observação reside no fato da existência de rivalidades entre as irmandades. Havia uma busca inclemente pelo aumento do número de membros, o que quase sempre significava o incremento de suas receitas. O “campo de batalha” era a festa religiosa, onde cada uma procurava “superar outras na homenagem a seus santos de

⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 5. São Paulo: Difel. 1985, p.153.

devoção. O prestígio delas, a capacidade de recrutar novos membros e a possibilidade de se destacarem socialmente dependiam da competência lúdica de cada uma”.⁹³

Nesse momento, faz-se mister retomar a questão das festas no Império, para que possamos melhor compreender a trajetória da discriminação no Brasil. Enraizado por todos os cantos, o preconceito atingiu em cheio boa parte das festas populares. Inspirando-se em elementos basicamente italianos, estas começaram a ser privatizadas, numa forma aberta de elitização.

Mais uma vez, os desprivilegiados do Império viam-se à margem da sociedade. A participação dos negros nas festividades dava, aos olhos da elite branca, um caráter de atraso cultural que era originado pelo “barbarismo” dos povos de origem africana. O relato de Schwarcz não permite outra conclusão sobre o sectarismo reinante:

nos bailes maiores, mais públicos, ocorreu uma ruptura fundamental. Separou-se a festa da rua, popular e negra, embora de origem portuguesa – o entrudo – da festa do salão branco e segregado, o Carnaval. Tudo começou em meados dos anos 1840, quando uma trupe italiana, falida na corte, resolveu se virar e organizou no teatro São Januário “um carnaval veneziano de máscaras. Alguns anos depois, um editorial do Jornal do Comércio, sob o título “O nosso Carnaval”, saúda o êxito da nova festa: “O Carnaval (...) é mil vezes preferível ao entrudo de nossos pais, porque é mais próprio de um povo civilizado e menos perigoso à saúde porque, no entrudo, além dos limões-de-cheiro, podia-se receber na cabeça o conteúdo dos penicos dos sobrados e as pauladas dos capoeiristas.”⁹⁴

⁹³ REIS, João José. *Op.Cit.* p. 68.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op.Cit.* p. 53.

A clara referência depreciativa no texto aos “capoeiristas” reflete o pensamento da minoria enriquecida e ávida por padrões culturais de base européia. O quadro seguirá inalterado, pelo menos, durante todo o período monárquico.

Os capoeiras⁹⁵ aterrorizaram a paisagem da Corte, durante boa parte do século XIX, apesar de sua origem remontar à Colônia. Eram pessoas, em sua esmagadora maioria, negras ou mulatas, escravas ou libertas

*geralmente identificados como escravos portadores de facas, estoques, ou qualquer instrumento perfurante, ou então formando “maltas”, grupos armados que percorriam as ruas da cidade, que mantiveram em permanente vigilância a capital da colônia e depois do Império.*⁹⁶

O surgimento dos capoeiras não deve ser visto, exclusivamente, como uma forma de defesa aos constantes e violentos ataques da polícia da Corte, contra os negros. Além de conferir status e definir hierarquias dentro do próprio cotidiano de seus membros, os capoeiras disputavam e controlavam espaços com maltas consideradas inimigas, como nos mostra Carlos Eugênio Líbano Soares

⁹⁵ Para melhor compreensão dos capoeiras ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001. “Claro está que a capoeira nunca foi uma atividade que poderíamos chamar de inocente. Ao contrário da feitiçaria, dos calundus – que se envolviam nas brenhas da noite, ou nos fundos de subúrbios – , dos batuques, - que poucas vezes passavam de horas festivas, apenas desviando os cativos de sua extenuante exploração – e das casas de angu ou zungus – que eram um perigo potencial, mais no sentido da fuga e da ausência que da explosão social –, a capoeira era uma prática cultural que municiava os escravos e iguais de fortes instrumentos para lutar diretamente com o agente da opressão, fosse um senhor brutal, fosse um guarda truculento (...) Assim, seu terror – o terror que era infundido nos senhores e governantes, tenho dito – não era exagerado. Em uma época em que as armas de fogo eram ainda poucas e frágeis, as ruas eram estreitas e tortuosas, os quintais eram longos e vastos, a multidão preta era incontavelmente superior aos seus donos e algozes, a violência era o motor do dia, e as noites eram escuras e misteriosas, a capoeira era uma ferramenta poderosa para sair do fundo do poço e levantar a cabeça, dar o troco”.

⁹⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 24.

na 2ª metade do século seria marca registrada da capoeiragem na cidade os Nagôas e Guayamús, os primeiros dominando o Campo de Santana sob o brasão da cor branca, e os últimos controlando a área central e defendendo a cor vermelha (...) O loteamento urbano das maltas do final do século decerto deita raízes na política escrava de dominação da urbs em seus primórdios (...) Algumas vezes o código demarcador das maltas era mesclado de elementos mágicos, ou portadores de poderes simbólicos, misteriosos ritos que permanecem obscuros para os estudiosos.⁹⁷

A habilidade dos membros capoeiras com as mãos e os pés, numa espécie de dança e luta marcial, ao mesmo tempo em que causava pânico na população, despertava curiosidade e, até mesmo, certas atitudes de admiração na população branca, já que “nem só de africanos vive a capoeira em seus primórdios”.⁹⁸ Como manifestação cultural,

a capoeira foi um fenômeno que marcou fortemente a vida social da cidade do Rio de Janeiro no século passado. Grupos de negros ou homens pobres de todas as origens, portando facas e navalhas, atravessando as ruas em “correrias”, ou indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo que passaram à tradição como “capoeira”, os capoeiras, como eram chamados, faziam parte integrante da cultura popular de rua de então.

Junto com rameiras, prostitutas, vagabundos, estivadores, malandros, boêmios, policiais, os capoeiras faziam parte da buliçosa fauna das ruas dos tempos da Corte, que assustava as camadas médias e também a elite dirigente. Perseguidos pelo aparato policial os capoeiras foram presença freqüente nas páginas do crime do século XIX.⁹⁹

Mas a redução das ações capoeiras à simples desarticulações da ordem pública, desviaria as atenções dos graves problemas sociais existentes na Corte do Rio de Janeiro.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 28-29.

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 26.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 3.

Protegidas pelas maltas, pessoas articulavam maneiras de se fazerem ouvir. Mesmo despertando na sociedade ódio e rejeição, os capoeiras marcavam presença e, de forma não intencional, apontavam as próprias contradições do Império, que começava a ruir. Seriam idealizadores de uma prática de rua, daquilo que Líbano Soares chamaria conceitualmente de Partido Capoeira e que reflete extraordinariamente a ação política daquelas maltas:

Para nós o Partido Capoeira não é um grupo específico, com determinado número de membros. Ele significa um método, uma forma de fazer política. Esta forma de atuação política teria duas características básicas: a primeira estava ligada ao espaço onde esta atuação teria lugar. Este espaço era a rua, a praça pública. Esta política na rua estava dirigida, pensamos nós, não somente ao grupo adversário que se pretendia coagir, mas ao restante da sociedade. Para essa havia uma mensagem que se pretendia passar, mensagem esta ligada a formas de identidade, e uma presença no contexto político dominante. A política de rua dos capoeiras era, desta forma, uma leitura e uma prática invertida da política fechada dos gabinetes.

A segunda característica era a autonomia que o Partido Capoeira mantinha frente às grandes agremiações. Por mais que acentuemos a ligação que unia capoeiras e políticos conservadores, temos que ter claro que a reprodução do grupo e sua existência enquanto fonte de poder não estava nas mãos dos chefes políticos. Não havia um laço de dependência estrita da malta com seu “patrono”, como, por exemplo, existia na área rural. A aliança que podia ser rompida a qualquer momento. Esta situação ficou clara quando da saída dos conservadores do governo, e a manutenção dos capoeiras como força política de primeira linha no tabuleiro da Corte.

O Partido Capoeira não era uma entidade anômala no universo da política na Corte. Ao contrário, ele construiu, anos a fio, uma rede de liames com a política institucional, e com seus agentes, a ponto de podermos falar numa circularidade de valores entre os componentes das maltas e a elite política da época. Este intercâmbio teria influenciado inclusive a própria linguagem usada pelo capoeira.¹⁰⁰

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 243-244.

O Partido Capoeira não seria, então, um partido político formal. Na verdade, foi um estilo de fazer política, construído pelos marginalizados sociais. Uma prática que se enquadrava às necessidades da época e que desenvolveu suas táticas e estratégias com base no seu próprio cotidiano. Ao não se submeter continuamente a nenhuma elite política-partidária dominante, os capoeiras deixavam claro que estariam do lado daqueles que, ao menos, minorassem suas péssimas condições de vida.

O quadro partidário também não estimulava nenhuma aliança confiável. Na concepção moderna de partido – programa e presença nacionais – não havia nenhuma instituição, ao menos nos primeiros anos do Império, que pudesse ser considerada como tal. No fundo, as facções dominantes na política empenhavam-se ao máximo para garantir seus instrumentos de manutenção de status: o latifúndio e a escravidão. Foi somente durante o Período Regencial que começariam a se esboçar

os dois principais partido que iriam dominar as lutas políticas durante a maior parte do Império, aproximadamente entre as décadas de 1830 e 1880, período compreendido entre a crise da abdicação de D. Pedro I e a maioria de D. Pedro II. Os partidos liberal e conservador, formados no calor das lutas travadas nas duas primeiras décadas após a independência, eram também chamados de luzias e saquaremas. Os apelidos foram dados pelos respectivos adversários, com a intenção de ironizar.

Luzia era uma alusão ao insucesso dos liberais no levante revolucionário de 1824, quando foram derrotados em uma batalha na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. Chamando-os de luzias seus adversários pretendiam irritá-los e fazer troça, lembrando de um acontecimento desagradável. Os conservadores começaram a ser chamados de saquaremas após um fato ocorrido na cidade de mesmo nome, no Rio de Janeiro. Houve ali um episódio de conflito entre as facções locais dos dois grupos, tendo os

*conservadores lançado mão da força para se fazer prevalecer frente aos liberais*¹⁰¹.

Ambos os partidos eram defensores do regime monárquico e, analisando pela ótica política, divergiam somente quanto a organização do Estado. Os conservadores tendiam à defesa da centralização política, enquanto os liberais inclinavam-se para a descentralização. Este quadro oscilava regionalmente, já que nenhum dos dois tinha capacidade de aglutinação pelo país afora. As ações aconteciam, na prática, de forma extra-oficial, já que

*não havia organização consistente, os políticos pertenciam aos grupos mas não existia nenhuma formalização, nenhuma filiação oficial. Os partidos não tinham reconhecimento legal enquanto tais, pois a legislação não previa sua existência. Eram organizações de fato, não de direito. Além de não terem registro legal, não tinham sedes, escritórios ou comitês. Os programas e projetos não resultavam de congressos, encontros ou seminários, mas das formulações dos principais líderes, muitas vezes publicados sob a forma de manifestos.*¹⁰²

Nota-se a direta referência ao caráter pessoal desses agrupamentos políticos, no que tange as diretrizes programáticas. Observa-se, ainda, a inexistência da participação popular nos mesmos. O que não é de se estranhar, já que era característica da própria sociedade do período.

As transformações econômicas, ocorridas a partir de meados do século XIX, iriam alterar o quadro político do país, com a entrada em cena do Partido Republicano. Nas palavras de José Murilo de Carvalho

¹⁰¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 28.

¹⁰² *Idem. Ibidem*, p. 34.

O lento afastamento dos burocratas do seio da elite e a entrada de profissionais liberais levaram à maior representação dos grupos e setores de classe mais dinâmicos, como ficou claro na distinção que encontramos entre os setores carioca e paulista do Partido Republicano, isto é, de um lado o liberalismo democratizante urbano, e de outro, o liberalismo pré-democrático dos cafeicultores paulistas. O velho Partido Conservador perdera força com o alijamento dos magistrados e com o enfraquecimento das antigas regiões de agricultura de exportação. O Partido Liberal perdera igualmente substância com a debandada para o Partido Republicano dos líderes das antigas regiões marginais, agora colocadas na ponta da nova agricultura de exportação, e dos liberais urbanos.¹⁰³

Esta alteração vincula-se, prioritariamente, ao fortalecimento dos ideais abolicionistas. A questão da mão-de-obra escrava seria o motor das discussões políticas da segunda metade do século XIX. Contudo, os debates em torno da escravidão não constituíram pólos radicalmente opostos entre monarquistas e republicanos. Em ambos os lados encontravam-se defensores e críticos da abolição do trabalho servil no Brasil, como nos faz crer Thomas Skidmore, destacando especialmente o caso dos republicanos:

Vale a pena notar que os republicanos nada disseram a respeito da escravatura no seu manifesto de fundação de 1870. Ao contrário dos reformadores liberais, cujas declarações invariavelmente incluíam apelos em favor da abolição (de regra, gradual), os republicanos preferiram desconversar em matéria de escravatura. Faziam política com a abolição a fim de atrair os fazendeiros escravocratas, especialmente na província cafeeira de São Paulo, em rápida expansão. Semelhante tática continuou como política oficial do partido até 1888, embora provocasse amargas discussões em nível municipal e conduzisse à adesão local e unilateral de alguns clubes republicanos ao movimento abolicionista¹⁰⁴.

O brasilianista revela o proveito político da abolição dentro do quadro partidário. Para os republicanos, o que importava era a derrocada da monarquia, não estando

¹⁰³ CARVALHO, José Murilo de. *Op.Cit.* p. 225.

¹⁰⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.31.

dispostos a se defrontarem com setores ligados ao escravismo tradicional. Mais uma vez, as questões de ordem social eram colocadas em segundo plano, em detrimento de aspirações político-econômicas.

Ampliando os horizontes, o próprio discurso abolicionista, já aqui mencionado, expressava a mesma aflição dos movimentos pela libertação da mão-de-obra negra existente dentro e fora das facções partidárias, ou seja

embora sempre fizessem questão de enfatizar a novidade de suas propostas e de imprimir um teor racional em suas formulações relativas à necessidade histórica de acabar com a escravidão e fundar uma nova era de civilização, os abolicionistas não fizeram mais do que repetir muitos dos argumentos formulados pelos emancipacionistas, que desde o início do século XIX postularam a incorporação do negro livre no mercado de trabalho como medida de controle social.

Assim como os emancipacionistas, também os abolicionistas tinham como principais interlocutores os grandes proprietários e comerciantes, enfim, os representantes do Capital. A eles dirigiam suas mensagens e projetos, convidando-os a enfrentar o medo suscitado pelas crescentes lutas dos escravos, não mais pela repressão pura, mas sim combinando-a com medidas paternalistas de controle social, tais como orientação para o trabalho sob contrato e educação moral e profissional, além de uma regulamentação legal do mercado de trabalho livre.

Portanto, o fato de os próprios abolicionistas se pretenderem os arautos de um novo tempo histórico não significava que eles o fossem efetivamente. Para isso seria preciso que eles assumissem uma postura de ruptura com a grande propriedade, o que, como vimos, estava bem longe de suas pretensões. Ao ultrapassar os limites das proposições de emancipação gradual para assumir de fato a proposta de abolição imediata – sem condições e sem indenização –, os abolicionistas de a Redenção respondiam não tanto às necessidades que eles julgavam estar colocadas historicamente, tais como o desenvolvimento econômico-político-social, o “progresso”, enfim, mas sim à radicalização de um movimento de fugas e revoltas de escravos e manifestações populares que eles pretendiam a todo custo controlar.¹⁰⁵

¹⁰⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit*, p. 214-215.

O texto deixa claro que os abolicionistas do jornal “A Redenção” não dissociavam liberdade dos negros e não alteração da ordem. A idéia da manutenção da ordem embasava tanto o pensamento republicano, quanto o monárquico. A viabilidade de inserção social dos negros, após a abolição, não era preocupação primordial. Seja qual fosse o regime político do país, o importante era consolidar a idéia de uma sociedade harmônica e sem percalços que pudesse dar continuidade às práticas de isolamento sócio-econômico que os negros e brancos pobres, há muito, vinham sendo submetidos. A manutenção da ordem significava a defesa das propriedades dos segmentos sociais privilegiados.

A abolição da escravidão não contemplou o negro com o acesso a um leque de oportunidades que o permitisse fazer parte dignamente da sociedade brasileira. De uma forma geral, passará a ser visto como mão-de-obra desqualificada e barata pronta a satisfazer as necessidades da economia em expansão.

Sidney Chalhoub revelou como os parlamentares brasileiros se interessaram por criar mecanismos que garantissem a obrigatoriedade do trabalho: “preocupados com as conseqüências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre repressão e ociosidade”.¹⁰⁶ Claro está, que o foco principal desta preocupação seriam as classes menos privilegiadas.

¹⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.21.

O autor concluirá que as fontes de referências utilizadas pelos políticos brasileiros eram alguns autores franceses a quem “eles recorrem com freqüência, por exemplo, M.^a Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, publicado em 1840, sobre as classes perigosas da população nas grandes cidades”.¹⁰⁷ E vai mais além, ao citar a confusão conceitual feita pelos parlamentares na interpretação de Frégier, descrevendo trechos do livro do mesmo:

*As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas – pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.*¹⁰⁸

O texto é claro ao associar pobreza à criminalidade. Chalhoub critica os parlamentares pois “ao utilizarem a fórmula “classes pobres e viciosas”, pensavam que as palavras “pobres” e “viciosas” significavam a mesma coisa; neste caso, todos os pobres seriam viciosos”¹⁰⁹.

Para nós, no entanto, o que interessa é o fato do conceito de “classes perigosas” ser utilizado pelas elites nas suas referências aos negros livres ou libertos. Este fato incrementará atitudes preconceituosas:

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*, p. 21.

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p.22.

¹⁰⁹ *Idem, Ibidem*, p. 22.

Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais. Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativo. Na escravidão, em última análise, a responsabilidade de manter o produtor direto atrelado à produção cabia a cada proprietário/senhor individualmente. Este organizava as relações de trabalho em sua unidade produtiva através de uma combinação entre coerção explícita e medidas de proteção e “recompensas” paternalistas – uma combinação sempre arriscada, aprendida no próprio exercício cotidiano da dominação. Com a desagregação da escravidão, e a conseqüente falência das práticas tradicionais, como garantir que os negros, agora liberto, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões?¹¹⁰

Mais uma vez, as preocupações com os negros refletem apenas a necessidade de se manter a economia funcionando. Como peças de uma engrenagem preocupada somente com as questões econômicas, a população ia sendo, cada vez mais, marginalizada. Não se discutia cidadania para aqueles pobres. Não se discutia inserção social:

em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre (...) e do capitalismo.¹¹¹

O cenário estava pronto para uma reação mais enérgica por parte dos negros. Abandonados à própria sorte, iriam articular uma série de mecanismos para a defesa de seus interesses. Dentre eles, o que constitui nosso objeto de estudo: A “Guarda Negra da Redentora”.

¹¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Op.Cit*, p.23.

¹¹¹ FERNANDES, Florestan. *Op.Cit*. p.20.

A pesquisa segue em direção ao seu objeto principal e final. No próximo capítulo mostraremos que o significado da Guarda Negra e sua importância extrapolaram os limites do formalismo legislativo. As ações não eram pautadas, necessariamente, em regras rígidas como as de um organismo militar clássico como “guardas” ou “milícias”. No fundo, as ações brotavam até mesmo espontaneamente, conduzidas pela adversidade da situação para os negros, mulatos e pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Capítulo III

Da espontaneidade à ação política: A Guarda Negra da Redentora e a defesa do Terceiro Reinado

Os capítulos anteriores, ao apresentarem um quadro, ainda que não denso, da cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, possibilitaram-nos vislumbrar as manifestações culturais dos negros, bem como pontuar as ações políticas da princesa Isabel, dentro do processo abolicionista. A partir de agora, nosso foco passa a ser a Guarda Negra da Redentora, enquanto instituição surgida, principalmente, para garantir apoio à Regente, o que se materializaria na garantia do Terceiro Reinado.

Não deixa de ter forte significado o fato de um grupo de alforriados, liderados por alguns intelectuais negros e apoiados por parte da elite branca letrada da Capital, ter criado uma organização pronta para defender o continuísmo monárquico. De certo modo e de forma impressionante, defender um regime que se embebedou nas fontes do trabalho negro compulsório.

Não foram poucos os estudiosos que abordaram o tema de forma direta, ou mesmo fazendo referências, num verdadeiro amálgama de possibilidades interpretativas, utilizando-se as mais variadas formas de análises, o que demonstra certa atenção da historiografia para com o assunto. É o que se pode notar nos trabalhos realizados por pesquisadores como Osvaldo Orico¹¹², Raimundo Magalhães Júnior¹¹³, Maria Lúcia de

¹¹² ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. São Paulo. Ediouro. s/d.

Souza Rangel Ricci¹¹⁴, Flávio dos Santos Gomes¹¹⁵ e Clóvis Moura¹¹⁶ que, dentre outros, fazem parte deste grupo investigativo sobre as ações da Guarda Negra¹¹⁷.

O surgimento da Guarda Negra no Rio de Janeiro fluiu até de forma natural, diante do momento histórico que se apresentava. A Capital era o espaço privilegiado, pois amalgamava os novos tempos e fervilhava com os comícios republicanos. A monarquia ruía lentamente tal qual parte de suas bases de apoio. A estrutura do Império baseada no latifúndio e, outrora, na escravidão encontrava suas próprias contradições com o surgimento de novas forças políticas e sociais, como os cafeicultores do oeste paulista e o Exército. Não significava o fim dos grandes proprietários rurais – a mesma burguesia do café comprovava o fato – nem a extinção do trabalho alicerçado na exploração direta e desumana das camadas menos privilegiadas, mas havia algo de novo no ar. A Capital transformou-se assim na arena principal das disputas que levariam ao ocaso do Império.

Na marcha evolutiva do processo histórico brasileiro não há como separarmos (...) a problemática da escravidão e suas implicações que culminaram com a campanha abolicionista e subseqüentemente abolição da escravidão no Brasil, e o movimento republicano, donde emergiria a Guarda Negra, como uma amostragem, de um lado, da manipulação dos brancos sobre os negros, e, de outro, a tênue, porém marcante tentativa destes, de conseguirem se afirmar no mundo dos brancos.

¹¹³ JUNIOR MAGALHÃES, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1969.

¹¹⁴ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas: s. ed. 1990.

¹¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte – 1888-1889)*. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro (21): 75-96, dezembro, 1991.

¹¹⁶ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

¹¹⁷ Carlos Eugênio Líbano Soares faz uma síntese dos trabalhos existentes sobre a Guarda Negra, com destaque para a predominância das análises que consideravam a instituição como instrumento de manipulação política nas mãos do governo imperial. Ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 251-253.

A Estruturação da Guarda Negra ou Guarda Negra da Redentora, como foi chamada pela imprensa republicana da época, era composta pelos libertos agradecidos à Princesa Isabel pelo 13 de Maio. Organizada no Rio de Janeiro, a 28 de setembro de 1888, foi inspirada e dirigida por José do Patrocínio, e tendo como Presidente Honorário o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, permanecendo em franca atividade até a proclamação da República.

De início funcionava modestamente na Rua da Carioca, nº 77 (antigo), local onde também funcionava uma Sociedade Recreativa denominada “Habitantes da Lua”, contando então com 300 elementos aproximadamente. A seguir transferiu-se para a Rua Senhor dos Passos, nº 165, local onde foi fundada a “Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora”, mais tarde instalada à Rua Larga de São Joaquim (hoje Marechal Floriano Peixoto).

*Era chefiada por José do Patrocínio, e, na **Cidade do Rio** (jornal por ele dirigido), do dia 10 de julho de 1888, lê-se que nasceu em casa de Emílio Rouède, e segundo informações de Ruy Barbosa, no **Diário de Notícias**, de 9 de maio de 1889, era presidida por Sampaio Viana¹¹⁸.*

A estrutura da Guarda estava montada. Suas atividades concretas são motivos de discordância entre os estudiosos, até os dias atuais. Um “partido” político, uma associação apolítica, uma instituição ligada à monarquia, uma guarda, uma milícia... Encontraremos todos os tipos de definições. Mas não se pode contar o cotidiano dos negros no pós-abolição sem referência à Guarda Negra da Redentora.

Não podemos deixar de fazer referência à ritualística existente para a admissão dos novos membros à Guarda Negra. Osvaldo Orico relatou os “compromissos solenes e graves rituais, o que lhe dava aparências de maçonaria negra: as sessões eram rigorosamente secretas, os iniciados contraíam juramentos sagrados (...) a violação dos

¹¹⁸ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda-Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, São Paulo: M.L.C.R. Ricci, 1990, p. 84.

segredos podia acarretar até a pena de morte¹¹⁹. A cerimônia de admissão era precedida de um juramento solene, tendo o evangelho como referência:

Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs, e, sobretudo, por este Cristo, que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora. Em qualquer parte que os meus irmãos me encontrarem, digam apenas – Isabel, a Redentora – porque estas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo que me é caro¹²⁰.

A ritualística segue um caráter sagrado, onde a presença do evangelho significava um compromisso perante Deus. Afirmamos que isto se deve às tradições das irmandades negras, presentes no dia-a-dia da comunidade, estarem enraizadas solidamente. As ações da Guarda Negra eram, a partir daí, legitimadas pela fé e devoção religiosas, o que estimulava a entrada de novos membros ao grupamento.

Dentro deste contexto, na Sociedade Francesa de Ginástica¹²¹, no dia 30 de dezembro de 1888, um dos mais radicais líderes republicanos preparava-se para execrar a monarquia: era o liberal Antônio Silva Jardim. Contudo, por volta do meio-dia, “o local se transformou numa praça de guerra, com grande número de mortos e feridos”¹²². Nos dias seguintes, os jornais alardeavam o episódio relatando que verdadeira horda de capoeiras, mendigos e desordeiros “armados de pedras e cacetes entraram pela Travessa do Barreira, fazendo uma vozeira infernal”¹²³. Apresentava-se de forma radical à sociedade a temida Guarda Negra da Redentora, que tinha entre seus fundadores alguns

¹¹⁹ ORICO, Osvaldo. O Tigre da Abolição. *Op. Cit.* p. 150.

¹²⁰ *Idem. Ibidem*, p. 150.

¹²¹ A sociedade Francesa de Ginástica localizava-se próxima a Praça da Constituição, na travessa do Barreira e, além de espaço recreativo, era palco de reuniões políticas.

¹²² Jornal **O Paiz** (31/12/1888), p. 1-2.

¹²³ *Idem, Ibidem*.

libertos como Hygino, Manoel Antônio, Jason, Aprígio, Gaspar e Theócrito, na casa do abolicionista Emílio Rouède¹²⁴. Para Osvaldo Orico “era um grupo majoritariamente formado por negros que, gratos pela Lei Áurea (1888), juraram defender a Princesa Isabel e, principalmente, a continuidade monárquica”¹²⁵. Contudo, havia outras definições para a Guarda, como, por exemplo, a de José do Patrocínio, seu inspirador e líder, que a via como um instrumento legítimo de ação política e travava verdadeiras batalhas, através de seu jornal “Cidade do Rio de Janeiro”, contra parte da imprensa que insistia em marginalizá-la¹²⁶.

Uma instituição, portanto, que se não existia oficialmente, tinha grande impacto não apenas no cotidiano desses capoeiras “armados de pedras e cacetes”, mas no cotidiano da própria cidade do Rio de Janeiro. Já que, como atenta Castoriadis, “as instituições não se reduzem à dimensão simbólica, mas só existem no simbólico, pois são legitimadas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades”¹²⁷. Portanto, é provável que as ações da Guarda fossem uma forma de busca de legitimidade, já que legalmente não há registro da mesma enquanto grupo institucionalizado, ao menos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro¹²⁸.

¹²⁴ Jornal **Cidade do Rio** (10/07/1888). p. 2.

¹²⁵ ORICO, Osvaldo. O Tigre da Abolição. *Op. Cit.* p. 150.

¹²⁶ Jornal **Cidade do Rio** (15/07/1889). p. 2.

¹²⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 142.

¹²⁸ Neste Arquivo há registros dos mais variados tipos de instituições civis ou militares do século XIX. No entanto, não se tem documento oficial relativo à Guarda Negra.

Foram as páginas do jornal de José do Patrocínio “A Cidade do Rio” que estamparam o documento de criação da Guarda Negra da Redentora¹²⁹:

Ficou assentado: 1 – Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o paiz.

2 – Só podem fazer parte, como seus sócios activos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.

3 – Poderem ser sócios efectivos unicamente os que consideram o acto memorável do dia 13 de maio acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.

4 – Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o Império.

5 – Pedir à imprensa que participe desse sentimento com o seu valioso concurso.

6 – E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado.

Este documento é pura declaração de fidelidade à princesa Isabel. Nos seus seis artigos, de forma explícita ou não, a devoção ao regime monárquico está presente. Mas ser devoto à monarquia, naquele contexto era ser grato à Regente. Gratidão que seria retribuída na aceitação plena do encargo de garantir o Terceiro Reinado para sua legítima herdeira. Daí a tentativa de cooptar a Confederação Abolicionista, de penetração incontestada dentro do mundo dos escravos, agora libertos. O incômodo causado pela Confederação pode ser medido pela preocupação do Chefe de Polícia da Corte em neutralizar suas ações:

¹²⁹ Jornal **A Cidade do Rio** (10/07/1888), p. 2.

O ano era 1885. O Chefe de Polícia da Corte, o desembargador Coelho Bastos, braço direito do barão de Cotegipe, chefe do gabinete conservador, estava procurando desesperadamente um meio de comprometer os líderes da Confederação Abolicionista, reunidos permanentemente na redação da Gazeta da Tarde, com o roubo de escravos. Rapidamente ele logrou usar um ardil para desmoralizar publicamente a Confederação. Enviaria um “Secreta” para se alistar na confederação, e funcionar como espião. Este seria sempre seguido por mais dois, de forma a configurar um flagrante contra os abolicionistas quando eles fossem “resgatar” um escravizado.

No dia marcado, o “Secreta” subiu as escadas da redação e ofereceu seus serviços aos abolicionistas. Estes já esperavam a cilada, e conduziram o “neóphito” à sala onde se reuniam, avisando ocultamente para todos da identidade do “Secreta”. José do Patrocínio, de acordo com o combinado, desceu as escadas da frente e retornou pelos fundos, trazendo um telegrama falsificado e encenando grande emoção: “Meus irmãos!!! Há um escravizado posto a ferros na rua do Senado. É preciso salva-lo o quanto antes!!”

João Clapp, Presidente da Confederação Abolicionista, cumprindo seu papel na montagem, conclama todos os presentes a fazerem uma votação para escolher aquele que iria libertar o “infeliz”. Quem seria eleito já era previamente sabido. O próprio “Secreta” tirou o papel com o nome. Em seguida, Serpa Júnior, o eleito, seguindo a farsa, chamou o iniciante para ser seu auxiliar, o que foi saudado com palmas calorosas.

A caravana subiu a rua da Carioca, sendo seguida de longe pelos dois secretas da polícia. Entrando o grupo liderado por Serpa Júnior no corredor da casa da rua do Senado, a falar com a moradora, o agente policial chamou seus comparsas e deu voz de prisão para os abolicionistas da Confederação.

Antes que aqueles pudessem reagir, um terceiro grupo, bem maior, entrou no corredor, e pegou de surpresa os policiais disfarçados, que foram surrados a valer com cabeçadas, rabos de arraia, e rasteiras (...)¹³⁰

Interessante neste relato é notarmos a presença de José do Patrocínio dentre os membros da Confederação. É a comprovação de seu trânsito entre os principais instrumentos de ação política a favor da abolição da escravidão. Mais tarde, o respeitado jornalista seria um dos esteios da Guarda Negra.

¹³⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição... *Op. Cit.* p. 246-247.

José do Patrocínio foi uma das figuras mais visadas pela inclemente oposição republicana a qualquer possibilidade da existência do Terceiro Reinado. Não é por menos. Patrocínio, em vários momentos, chegou a ser um ardoroso defensor da República. Criticava tenazmente o conservadorismo do Gabinete do Barão de Cotegipe¹³¹ e, até mesmo, a apatia política da princesa Isabel para com as ações deliberadamente escravista do governo, comprovados no artigo abaixo:

Senhora. – Enquanto ontem Vossa Alteza Imperial assistia contente e radiante, cercada das atenções da corte e do bem-querer dos dilettanti e dos artistas à matinée musical do cassino, o povo campista era violentado no seu direito de reunião e logo após perseguido a pata de cavalo, a carga de baioneta e de sabre, a bala, nas ruas da cidade, convertida agora em aquartelamento de assassinos, por ordem do Governo de Vossa Alteza Imperial.

Quando começou a luta desigual entre os mercenários da pirataria e o povo campista; aqueles armados e embalados pelo tesouro e pela caixa secreta do Clube da Lavoura, o povo inerme, e apenas aguerrido pelo seu direito; os abolicionistas recorreram a Vossa Alteza Imperial pedindo que justiça fosse feita e que Vossa Alteza Imperial ordenasse ao Governo a vigência das garantias constitucionais devidas ao cidadão.

Houve quem acreditasse (não quem escreve estas linhas) que Vossa Alteza Imperial ia de fato providenciar; os acontecimentos se incumbiram de demonstrar que a razão estava do lado do incrédulo.

O recurso para Volta Alteza Imperial, em vez de melhorar, agravou a situação dos abolicionistas de Campos.

Ontem a soldadesca desenfreada, sob o comando de dois assalariados dos senhores de escravos de Campos, cometeu toda a espécie de crimes, continuando assim os atentados do dia 25 de outubro. Desde os representantes do povo até as mulheres, todos foram desacatados.

Cegos pela impunidade dos crimes anteriores, os dois bandidos, encarregados da política de Campos, feriram e atentaram contra a vida dos cidadãos, sem distinção de sexos.

À Noite, todos estes fatos eram já conhecidos nesta capital, e, não obstante, Vossa Alteza Imperial era vista num teatro, muito tranqüila, a

¹³¹ Presidente: João Maurício Wanderlei (barão de Cotegipe). Partido Conservador, Bahia. 20 de agosto de 1885 a 10 de março de 1888.

divertir-se gozando da lista civil amassada com as lágrimas dos escravizados e salpicada do sangue dos nossos compatriotas.

(...) Os ministros de Vossa Alteza Imperial nos têm convencido de que é necessário um Governo violento, para dominar o espírito de revolta que eles, só eles, descobriram nesse cordeiro submisso, que tem na história universal o nome de povo brasileiro.

Fizeram crer a Vossa Alteza Imperial que foi a magnanimidade de vosso augusto pai a fonte dos protestos, que se levantam contra o Império, na tribuna popular e na imprensa.

Vossa Alteza acreditou na explicação fraudulenta e autorizou, por isso mesmo, a política de reação que vai ensangüentando o país e que deixa o cidadão sem garantias para usar dos seus direitos.

Sempre que alguém protesta, os ministros de Vossa Alteza dizem que o fim do protesto é abalar a autoridade da regência e solapar o trono de Bragança.

E Vossa Alteza, para firmar a autoridade regencial e consolidar o trono que vos deve pertencer, sanciona os crimes que o Governo manda praticar.

Vossa Alteza está convencida de que matando abolicionistas, os revolucionários oficiais, ganha muito mais em força e prestígio do que favorecendo a causa dos escravizados, tomando a honrosa responsabilidade de continuadora da política de 1871.

Na ingênua simplicidade feminina, Vossa Alteza pensa que para reinar basta dispor de dinheiro, de tropa, de ministros, de câmaras e de magistratura. Faz do Governo uma questão de forma e não de subsistência.

Quem são os abolicionistas da rua? Pergunta Vossa Alteza. Responde-vos o sr. barão de Cotegipe: uns anarquistas, sem eira nem beira, e sem prestígio.

(...) Vossa Alteza esteve quase sempre fora do país, durante a segunda fase da propaganda abolicionista e por isso não lhe conhece a história. É esta razão que vos leva a dar créditos aos vossos ministros, prepostos desumanos da pirataria triunfante.

Não para suplicar, mas para esclarecer, cumpre aos abolicionistas dizer a Vossa Alteza Imperial que eles não querem a anarquia (...). Demais, se nós fôssemos anarquistas, se nós quiséssemos, antes de tudo, abalar as instituições, não nos comprometeríamos a sustentar ministérios como os dos srs. João Alfredo e Dantas, ambos monarquistas e muito mais dedicados à Monarquia que os fazendeiros hipotecados, que se servem do Governo para acomodarem-se com os seus credores.

Os anarquistas, os revolucionários estão nascendo agora da sementeira de violências e de crimes, feitos pelo Gabinete, em nome de Vossa Alteza Imperial.

(...) O povo brasileiro, ao ver a vida dos seus compatriotas menosprezada pelo seu Governo, começará a julgar que a vida pouco vale e que não se deve cogitar dela, quando se trata de questões que entendem com honra e pátria.

Quem, finalmente, está ensinando o povo, aos abolicionistas, principalmente, a cartilha revolucionária é o Gabinete de Vossa Alteza Imperial, que pretende governar em nome de uma facciosa minoria, que emprega a corrupção e a morte como elemento de seu poder.

Senhora. – Os concertos clássicos, os teatros e os ministros sanguinários podem ser mais gratos a Vossa Alteza do que a vida de um povo; mas o que vos posso afirmar é que na balança da História pesam muito mais o sangue e as lágrimas das vítimas, que os bemóis da música cortesã e a adulação dos favoritos e válidos.¹³²

Em linguagem direta, Patrocínio critica a letargia da Regente Imperial, colocando em dúvida sua capacidade de comando, chegando mesmo a ser deselegante ao insistir numa possível característica feminina de fragilidade. Ao mesmo tempo, desmerece as atitudes repressivas do governo, em relação aos abolicionistas, não deixando de citar um de seus principais desafetos, o barão de Cotegipe.

Sua luta principal, todavia, era voltada para a eliminação do trabalho escravo. Sendo assim, ao perceber que os atos da Regente – já analisados no primeiro capítulo – caminhavam para a erradicação do elemento servil, não se melindrou com as críticas diversas e se bandeou para o lado monarquista, conforme nos demonstra Cleuber Souza:

Quando pressentiu a possibilidade de “solução” para a “questão servil”, através do governo, mudou o tom do discurso, aprovando, através da sua pena os atos da Princesa Isabel. Tratando, ainda, das festas carnavalescas teceu elogios à Regente. Narrou as “batalhas das flores”, embaladas ao som das marchas, como parte do cenário para que se encaminhassem estratégias para a eliminação do cativo¹³³.

¹³² Transcrito de PATROCÍNIO, José de. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução de José Murilo de Carvalho; notas de Marcus Venício Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1996. pp. 187-191.

¹³³ SOUZA, Cleuber Castro de. *O abolicionismo de José do Patrocínio: a ação política na imprensa (1880-1889)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2005.

A fama de vendido, atribuída pelos republicanos, não estorvou o caminho político de Patrocínio na defesa da Regente. Ao contrário, os elogios à Princesa avolumaram-se nas páginas de seu jornal. É importante notar que as palavras de Joaquim Nabuco escritas abaixo foram publicadas no jornal de propriedade de quem não cansou de desancar o regime monárquico, dias antes do projeto da Lei Áurea ser enviado ao Plenário: José do Patrocínio.

A princesa Imperial merece a máxima gratidão do nosso povo. Nos meses em que o Imperador lhe confiou o Império ela achou tempo de fazer dele uma pátria livre, um país livre, com uma lágrima do seu coração de mãe ela cimentou em um dia essa união do trono com o povo que com toda a experiência dos homens e das coisas, seu pai não pode consolidar internamente em quarenta e sete anos de reinado¹³⁴.

Mas Patrocínio não só reproduziu idéias alheias. De suas próprias mãos construíram-se textos de apoio a Isabel. Caracterizadas pelo estilo forte e personalista do escritor as palavras nem de longe lembravam o descontentamento vigente durante o Gabinete Cotegipe.

*Vossa Alteza deve estar contentíssima com a brusca mudança que se operou no espírito público.
A tempestade que se abobadava sobre o vosso futuro, sinistra e ameaçadora, desfez-se como por encanto. O mar das paixões, que desobedeceu heroicamente ao quos ego do arbítrio, abonçou-se ao vosso sorriso de estima pela opinião.
Vistes, Senhora, qual a eficácia do Governo de acordo com a vontade nacional.
Se os reis soubesses como o povo é bom, sacrificá-lo-iam muito menos; prefeririam o apoio leal, desinteressado das massas ao sufrágio*

¹³⁴ Jornal **Cidade do Rio** (10/05/88). p. 2.

interesseiro de certas classes, sufrágio que exige sempre como preço o holocausto dos direitos populares e que não raras vezes comprometem as dinastias.

Os empreiteiros de tirania hão de dizer que fizestes mal entregando ao clamor público os homens que a vergonha nacional acusava de haverem imolado aos seus interesses a dignidade do Governo e do povo.

Sabemos que não é dos estilos, principalmente entre nós, atender ao povo, mas nem por isso deixa de ser verdade que num sistema representativo, em que todos os poderes são simplesmente delegações da nação, o soberano só é verdadeiramente constitucional, quando reconhece a existência ativa e real da soberania popular.

Atender ao povo, longe de desmerecer, prestigia o Governo.

Querer antepor à opinião os caprichos pessoais ou de uma facção; decidir arbitrariamente que não há razão, senão nos que estão no poder; que só os ministros falam a verdade e respeitam a lei; que fora do mundo oficial está a anarquia, a conspiração contra as instituições; é mil vezes mais perigoso do que respeitar a vontade manifesta da nação, mesmo quando, já cansada de pedir, ela começa a exigir.

Observai através da História, Senhora, que o povo só se impacienta depois de sofrer resignadamente longos anos. Nunca se viu formar-se instantaneamente uma opinião, que ameace instituições.

Demais, há no povo uma força, que por isso mesmo que lhe garante a vitória, preserva-o da sofreguidão injusta: é o bom senso.

Sempre que o povo combate uma instituição, é que ela é realmente má e deve desaparecer.

O Ministério Cotegipe foi violentamente combatido, porque ele representava uma instituição degradante: a escravidão.

A ousadia de propor-se um ministério a resistir a mais acentuada aspiração de um povo, demonstrava que ele só podia fazer um Governo de facção.

Obcecado pela idéia fixa de vencer o abolicionismo, o Gabinete comprometeu sua política e a sua administração.

(...) Aos que acusarem Vossa Alteza de haver obedecido à intimação da praça pública, respondi que estáveis numa contingência difícilíssima: ou receber a intimação do direito, ou a intimação do despotismo; preferistes a primeira.

(...) Se houvésseis, Senhora, adiado a demissão do Ministério Cotegipe, o povo não agradeceria; ao contrário, guardaria contra Vossa Alteza ressentimento, por entender que pesa mais nos conselhos da Coroa uma aposentadoria, ou qualquer outro pretexto, que o sangue e o sacrifício dos cidadãos.

*Depois de saber que Vossa Alteza havia demitido, heróica, digna, patrioticamente esse Ministério maldito, que emoldurou em dois anos de Governo todas as violências de três séculos de escravidão, continuei a ler a *Legenda dos Séculos* e reli com o espírito e o coração essas páginas triunfais do Eviradnus.*

(...) Ao terminar a leitura do Eviradnus, eu perguntei a mim mesmo, porque, nesse momento, sentia impressão mais viva do que outrora. E a reflexão disse-me: É que há semelhança entre os perigos da marquesa de Lurácia e da princesa herdeira da coroa do Brasil. Ela devia entrar só nesse castelo secular onde o povo exige que ela se coroe rainha – a abolição. Teve receio e chamou para seus companheiros os srs. Cotegipe e Paulino – os dois reis do escravismo. Uma vez senhores de confiança de Vossa Alteza, eles conspiravam para arrebatá-la a coroa, e o teriam feito se o Sr. João Alfredo, o Eviradnus parlamentar, não tivesse a tempo percebido o jogo sinistro e não se tivesse a tempo armado com o cadáver do sr. Barão de Cotegipe para fulminar o rei sobrevivente do escravismo, o sr. Paulino de Sousa. Vossa Alteza está salva; pode reinar utilmente sobre este povo, digno de um governo honesto e patriótico. Nunca nenhuma rainha teve diante de si mais glorioso trono. O que espera Vossa Alteza é feito com os corações do que vos construiu a pátria com o seu suor e com o seu sangue.¹³⁵

Com a mesma naturalidade e erudição de seus escritos anteriores, mas com o objetivo de enaltecer as virtudes pessoais da Regente, Patrocínio destacava as qualidades da herdeira do trono brasileiro. Afirmava, também, que a aspiração ao Terceiro Reinado era um clamor popular e procurava neutralizar os adversários desqualificando-os.

Os ataques ao jornal e a pessoa de Patrocínio também aumentaram de tom. Na visão dos republicanos, o periódico “A Cidade do Rio” transformara-se num instrumento de propaganda monarquista, tendo como base artigos como este supracitado. Adjetivos humilhantes eram associados à figura do abolicionista que era visto como idealizador da Guarda Negra. Silva Jardim, um dos maiores críticos, desse engajamento monárquico de Patrocínio não cessava seus ataques:

¹³⁵ Transcrito de PATROCINIO, José de. Campanha Abolicionista... *Op. Cit.* p. 198-202.

A isso se prestou, por ambição de lucros diretos ou indiretos, por vaidade de gozo do aulicismo, ou por servilismo. Este homem de cor, mas até então tolerado por todos os brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo público generoso, em vista de uma suposta dedicação à causa dos escravos – converteu-se em órgão da dinastia, principalmente da Princesa Isabel, e do ministério, que apenas presidira ao ato parlamentar da abolição; e daí começou de sustenta-los, traidor então de sua raça, que por proletária no Brasil carece claramente, para o seu desenvolvimento de um regime republicano, traidor do partido a que dissera pertencer¹³⁶.

Assim, Silva Jardim procura desmoralizar os argumentos de Patrocínio, embasados na idéia de que o fim da escravidão superava qualquer discussão política em torno de republicanos e monarquistas, sendo o único fator verdadeiro de devoção e fidelidade. Buscou atribuir às diretrizes do jornalista um caráter de ambição pessoal, reflexo de um comportamento considerado digno de um grande traidor.

De qualquer modo, a exaltação de José do Patrocínio à Guarda Negra e, num segundo momento, à Princesa Isabel sempre ficou evidente, através de seu jornal “Cidade do Rio”. Num artigo intitulado de “Respondo” o jornalista discorre sobre sua decepção com os líderes republicanos – omissão à luta abolicionista – e exalta a Regente, admitindo, porém, sua posição inicial favorável ao republicanismo¹³⁷. No mesmo periódico, o artigo “João Alfredo”¹³⁸ é repleto de honrarias prestadas pela Guarda Negra ao mesmo, revelando que o chefe da mesma era Clarindo de Almeida Lopes. Faz-se necessário destacar que o senador João Alfredo agradecia as homenagens recebidas.

¹³⁶ JARDIM, Antônio Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p. 312-314.

¹³⁷ Jornal **Cidade do Rio** (14/09/1888). p. 1.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, (27/12/1888). pp. 1-2.

Contudo, o mais significativo artigo do periódico, no que se refere a Guarda Negra, foi a intransigente defesa da mesma, durante o episódio dos violentos conflitos na Academia Francesa de Ginástica. A Guarda é vista como “associação de cidadãos” e o texto revela a preocupação do líder Clarindo de Almeida Lopes em conter seus comandados, diante das provocações de “negros neo-republicanos” que seriam os verdadeiros responsáveis pela baderna que atingiu a Capital¹³⁹. Registra-se que Patrocínio sempre procurou legitimar a Guarda Negra, afirmando, inclusive que a mesma era um “partido político” e que, sendo representante dos negros, deveria sim defender a monarquia, já que a “esmagadora maioria dos libertos era monarquista”¹⁴⁰.

É evidente o alto grau de politização do jornal a “Cidade do Rio”. A publicação atingia em cheio outros periódicos que se opunham aos seus pontos de vista, como os ataques frequentes a Quintino Bocaiúva, redator chefe do jornal “O Paiz” e republicano histórico¹⁴¹. Por outro lado, ações do Parlamento eram combatidas, quando se acreditava que seriam prejudiciais ao projeto de inserção dos ex-libertos dentro do mercado de trabalho, como ocorreu com a questão da imigração chinesa, vista como política de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho oriental, reconhecidamente de baixíssima remuneração¹⁴².

A visão romantizada de Patrocínio sobre a Guarda Negra, não abala sua importância fundamental, dentro da busca da legitimação da mesma. Se a instituição não se

¹³⁹ *Idem, Ibidem*, (31/12/1888). pp. 1-2.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, (16/01/1889). pp. 1-2.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*, (15/01/1889). p. 1-2.

¹⁴² *Idem, Ibidem*, (08/12/1888). p. 1.

transformou no “partido” representativo das camadas negras, conforme queria o jornalista, ainda assim, teve participação de destaque, no conturbado final do século XIX.

A Guarda Negra não passou de uma criação de fanáticos monarquistas, percebendo o crescimento do movimento republicano. Seu objetivo era organizar uma espécie de resistência ao avanço dos antimonarquistas. É o que pensa Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci:

Quer nos parecer, portanto, que, sentindo o Império Brasileiro “balançar-se” pela propaganda republicana, cujo ardor crescia a olhos vistos (tanto na tribuna, quanto na imprensa), os “fanáticos” do trono resolveram oferecer à Princesa tudo ainda o que lhes restava, no sentido de assegurar-lhe força e prestígio, e, em última instância, tentar garantir-lhe o trono. E, nesse sentido, pois é que teria surgido a Guarda Negra, como um movimento de resistência em torno de S.A., numa especulação criminosa, iniciada na Corte Imperial, com pouca ou quase nenhuma repercussão nas outras Províncias, com a finalidade de proteger, à qualquer modo, e, por todos os meios, a imagem quase “divina” da chamada Redentora, enchendo de sangue suas primeiras armas, na Capital do Império, a 30 de dezembro de 1888, e com total apoio da polícia¹⁴³

A “orquestração” monarquista seria a responsável pelas ações da Guarda. A autora, talvez de forma não intencional, não reconhece a menor possibilidade do surgimento da Guarda responder às necessidades da camada negra marginalizada. Busca seus argumentos nas palavras de Rui Barbosa

Esta instituição teve o seu berço na polícia, recebeu do Tesouro, o enoval, a bênção do presidente do Conselho e a santificação batismal da Regência. Nasceu adulta no mal e sequiosa no sangue, em que banhou as suas primeiras armas, na capital do Império, ao 30 de dezembro de 1888.

¹⁴³ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Guarda-Negra... *Op. Cit.* p.109.

(...) *A cumplicidade policial assegura-lhe, por toda a parte, a mais absoluta impunidade*¹⁴⁴.

As acusações de Rui Barbosa são mais graves porque asseguram a utilização do aparato do Estado no apoio à Guarda Negra. Também faz referência ao episódio ocorrido durante o comício de Silva Jardim, na Travessa da Barreira, conforme aqui já explicitado, afirmando a existência de convivência do aparato policial com os “desordeiros”. Posição que era compartilhada pelos agricultores que associavam a Guarda Negra à possibilidade de desestabilização social e conseqüente perda de suas propriedades, o que levou vários latifundiários a abraçarem a causa antimonárquica numa tentativa de “usar o Partido Republicano e intimidar o governo para conseguir o controle da ordem pós-abolição”¹⁴⁵.

Os ataques sempre vinham acompanhados da suspeita de participação do Presidente do Conselho de Ministros João Alfredo no financiamento e utilização da Guarda para propósitos políticos. No artigo “João Alfredo”, publicado no jornal Cidade do Rio há referência explícita do contato do Ministro com os membros da Guarda Negra:

*Uma demonstração que tem evocado a gratidão é certamente essa da guarda negra, uma associação extensiva formada pela raça emancipada em 13 de maio e que deu o coração para Isabel, a Redentora. A Guarda Negra foi até a casa do primeiro-ministro e lá se ouviu a voz do líder distinto, sr. Clarindo Lopes, manifestar o sentimento de gratidão ao governo. O porta-voz deu ao primeiro-ministro um lindo buquê. O senador João Alfredo respondeu agradavelmente a essa demonstração espontânea, desejando a Guarda Negra crescimento e honra às virtudes.*¹⁴⁶

¹⁴⁴ BARBOSA, Rui. APUD *Idem, Ibidem*, p. 109-110.

¹⁴⁵ HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* (trad. de Francisco de Castro Azevedo). Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 184.

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem*, (13/12/1888). pp. 1-2.

Não foram poucos estes contatos, o que indignava cada vez mais os conservadores latifundiários. Mas Ricci e Barbosa têm em comum acreditar na ação direta dos monarquistas para “organizar” os libertos e prorrogar o regime em que acreditavam. Viam a monarquia como um doente moribundo, apenas aguardando o momento de seu passamento. O republicanismo significaria modernidade e progresso.

A ala republicana via fortalecer-se dia a dia não apenas pela doença e incompetência do velho Imperador, como, principalmente, pela fraqueza da Princesa e pela desonestidade do esposo. Paralelamente a estes fatos, a atitude do Ministério, que, tendo à frente “um ministro revoltantemente hipócrita”, procurava trair a propaganda republicana, tentando jogá-la contra os agricultores e subornando a polícia para aliciar negros libertos, que, sem terem ocupação, acabavam por ser joguetes nessas mãos. A tão decantada gratidão à Redentora pelo 13 de maio, fora, pois, apenas, um ardiloso artifício, que os corruptos e já poucos adeptos da Monarquia fizeram a esses negros indefesos, na sua quase totalidade ignorantes (advindo daí seu caráter passivo e incapaz de dedicação extrema)¹⁴⁷.

As palavras da pesquisadora nos conduzem à interpretação de que os libertos seriam incapazes, por si sós, de articularem ações em favor da Princesa, ao menos que fossem “conduzidos” por pessoas preparadas e cultas, a elite branca monarquista, ou por “negros vendidos” como Patrocínio.

A Guarda Negra continuava agindo, a despeito das críticas dos republicanos à letargia da polícia da Capital. Se no campo político não conseguia se fazer representar, apesar dos esforços de Patrocínio, nas ruas consolidava sua fama. A atuação dos capoeiras confundia-se com ações da Guarda Negra, mas ambas serviam para explicar a

¹⁴⁷ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Guarda-Negra... *Op. Cit.* p. 107-108.

violência no Rio de Janeiro. Os inquéritos policiais do período não identificavam o “desordeiro” no tocante a pertencer ou não a Guarda Negra¹⁴⁸.

Granjeando uma notoriedade perigosa e incômoda, a guarda negra desfrutava em 1889 um prestígio singular na crônica desordeira da cidade: quase todos os conflitos de rua tinham a sua colaboração preciosa e indispensável. Em qualquer festa cívica ou propaganda política ela aparecia com seu cortejo sinistro, entremeando entre discursos e vivas tiros de bacamarte e golpes de navalha sob pretexto de garantir o respeito à autoridade, o que levaria Rui a definir o ambiente com esta frase de espanto: “uma capital onde o navalhismo chegou a constituir uma subdependência da autoridade preposta à manutenção da ordem”. Quantas cenas funestas não resultaram do jogo precipitado desses elementos! Quantas datas memoráveis não se tismaram em litígios desencadeados pela famosa milícia! O 14 de Julho de 89 marca desoladamente o estado de espírito em que viviam os exaltados defensores da Rainha. Costumava o Partido Republicano aproveitar os grandes dias da humanidade e as datas mais caras ao nosso patriotismo para celebra passeatas e festas de propaganda. A queda da Bastilha pareceu-lhe um motivo azado para um desfile imponente. Nessa data, depois de realizar uma sessão magna em sua sede, o partido republicano organizou um cortejo que, partindo do Largo da Sé, deveria percorrer as principais ruas da cidade levando os estandartes dos Centros Republicanos da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina, do Rio Grande do Sul e Lopes Trovão, além de uma grande bandeira desfraldada, onde se lia: “homenagem à França”. Sem incidentes o cortejo passou pela rua Uruguaiana, entrou pela General Câmara, desembocou na 1º de Março e apareceu na rua do Ouvidor, parando em frente às redações dos jornais e recebendo e dirigindo aclamações. Aproveitando o entusiasmo da multidão, uma parte do préstito dirigiu-se à sede do Congresso Brasileiro, (nome de um dos clubs republicanos) onde se realizava importante reunião com a presença de Quintino Bocaiúva, Sampaio Ferra, Lopez Trovão, Ciro Azevedo, Artur Stockler e outros leaders do movimento. A convite do povo, Lopes Trovão e outras figuras do Congresso Brasileiro desceram para prosseguir a passeata e seguiram em direção à rua Visconde do Rio Branco. A esse tempo, porém, despertada pelo rumor dos aplausos republicanos, já a Guarda Negra estava a postos com seus cacetes, suas navalhas e seu arsenal de combate. Embalde os manifestantes tentam evitar o choque, desviando-se para o largo do

¹⁴⁸ O Serviço de Documentação Escrita do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é rico em inquéritos policiais do período, mas os presos são identificados pelo nome, idade e cor e, em alguns casos, há referência à profissão.

Rocio, descendo a rua da Carioca, a fim de impedir o encontro com as patrulhas de capoeiragem preta.

Por mais habilidade que empreguem, não conseguem Lopes Trovão e seus amigos fugir ao perigo distribuído em sentinelas pelos principais pontos do centro. Ao entrarem na rua do Ouvidor, sai-lhes ao encontro um punhado de negros em desafios e provocações. Dá-se o conflito. Cada qual se defende como pode. Os fanáticos da Rainha manejam as navalhas, brandem os cacetes, puxam os gatilhos. Muita gente ferida rola pelo chão. Foi esse remate das festas cívicas de 14 de julho de 1889 na Capital do Império do Brasil.

Tanta celeuma marcaram esses tristes acontecimentos que o próprio Patrocínio, um dos animadores da milícia negra, publicava no dia seguinte pelas colunas da Cidade do Rio um apelo “Aos homens de cor”, apelo que era, ao mesmo tempo, uma condenação de sua conduta nos fatos da véspera. Insurgindo-se contra os motins provocados pela Guarda Negra, o jornalista escrevia que “só a mais infame especulação podia conseguir que partisse de homens de cor a perturbação que teve uma festa que tinha por fim honrar a memória da Revolução que teve como um de seus dogmas a libertação dos cativos e igualdade política da raça negra”. Nesse diapasão era todo o apelo do articulista aos libertos, lembrando-lhes que, se insistissem nesses desatinos, estariam dentro em pouco tempo condenados a um cativeiro pior que o de ontem: o do ódio público: a uma grilheta mais cruel que a dos feitores: a execração da sociedade.

Era o protesto do criador contra os excessos da criação; mas a Guarda Negra, alentada pelo fanatismo que a dominava, pouco arrefeceu a atividade de suas investidas. Continuou a exhibir nas praças públicas e em comícios a “navalha licenciada”, indiferente à grita da imprensa e ao clamor dos patriotas.

O golpe militar de 15 de novembro operou o milagre desejado: sacudiu o alicerce e fez desabar a cariátide negra que devia servir de coluna mestra ao avento do terceiro reinado¹⁴⁹.

Oswaldo Orico parte da premissa de que os ataques às festividades comemorativas da Revolução Francesa no Rio de Janeiro partiram da Guarda Negra. Contudo, as referências feitas são ligadas aos capoeiras e suas “navalhas licenciadas”. Não havia como comprovar a ação da Guarda, já que não possuíam nenhuma espécie de uniforme ou identificação. O próprio José do Patrocínio, considerado o mentor da organização pelos

¹⁴⁹ ORICO, Oswaldo. O Tigre da Abolição... *Op. Cit.* p. 153-154.

próprios republicanos, lamenta o incidente e nega a propalada participação. Isto não significa que os membros da Guarda não tivessem tirado algum proveito do fato. No mínimo, uma manifestação republicana foi conturbada. O que se questiona é a participação articulada e organizada da instituição na “pancadaria generalizada”.

Conforme já comentamos, a cidade do Rio de Janeiro era um dos principais centros de atuação dos capoeiras. De várias procedências, as maltas aterrorizavam a população da cidade do Rio de Janeiro. Mas a violência não era exclusividade dos negros. O professor Carlos Eugênio Líbano Soares afirma que

Os grandes movimentos de rua de escravos e capoeiras na Corte do Rio de Janeiro acompanharam as ebulições de outras camadas sociais (...). Assim, em outras palavras, os grandes movimentos em massa de rebeldia escrava no Rio de Janeiro (...) sempre explodiram no vácuo do levantamento de outros grupos sociais, fossem eles parcelas da elite, da população livre em geral, etc.¹⁵⁰.

Mesmo conscientes de que o autor se refere precisamente à primeira metade do século XIX, ao nosso ver, não seria incorreto ampliar o contexto da abordagem para todo o período imperial. As sedições escravas nas ruas da Capital são contemporâneas do desmoronamento da ordem monárquica, do agravamento das péssimas condições de vida das camadas mais baixas da sociedade e do fortalecimento dos ideais republicanos. É também um momento de delicada situação econômica que não escapava aos olhos dos críticos mais atentos:

¹⁵⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p. 412.

Estamos muito pobres: o país deve muito ao estrangeiro e aos próprios cidadãos, vive a pedir dinheiro emprestado, e nunca pode pagar o que deve. No entanto, só a família do Imperador ganha 1.600 contos por ano. O Imperador tem 800 contos; mas não sustenta a mulher, que tem 96 contos; nem os filhos, que tem 6 contos logo que nascem; a filha tem 150 contos, por ano, além do dote, e assim por diante. Deste modo, não há meio de endireitar as finanças da nação; a monarquia é muito cara: não nos pode servir.

Estamos muito pobres. No entanto, temos uma porção de diplomatas, que ganham muito, divertem-se muito, na Europa principalmente, e quase nada fazem. Dizem que toda esta diplomacia é necessária para um império; a monarquia é muito cara: não nos pode servir.

Comissões, altos empregos, despesas com os artigos nos “pedidos” dos jornais para defenderem o governo, e muitas outras coisas, devoram o dinheiro da nação. E o pobre povo é que paga tudo¹⁵¹.

As palavras de Silva Jardim corroboram nossa visão de que outros elementos alimentavam o caldeirão de violência existente na Capital. Claro está que o republicano aproveita para desancar a monarquia, acusando-a de ser a responsável pela origem dos males brasileiros. Por mais que descontemos suas intenções políticas, não podemos dar as costas para suas argumentações.

Podemos acrescentar, ainda, uma curiosa situação. Havia um clima de camaradagem entre capoeiras, escravos e praças militares surgido nos tempos da Guerra do Paraguai (1864/1870)¹⁵², onde todos lutaram bravamente. As tropas brasileiras foram reforçadas pelos negros, livres ou não, para conter a superioridade inicial das forças paraguaias:

A partir de fins de 1865 escravos começam a entrar nas listas de “recrutadas”, seja fugindo das fazendas ou presos nas ruas das cidades. O

¹⁵¹ JARDIM, Antônio da Silva. *A República no Brasil (Compêndio de Teorias e Apreciações Políticas destinado à Propaganda Republicana)*. Rio de Janeiro: Imprensa Mont Alverne, 1888, p. 11.

¹⁵² Sobre a Guerra do Paraguai, ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

recrutamento de escravos era sinal que os homens livres já tinham sido enviados em grande número, enquanto uma outra parcela tinha simplesmente fugido. No país inteiro, a campanha de alistamento militar tinha espalhado um clima de pânico e terror, e os relatórios do ministro da justiça dão um pálido reflexo desta situação.

Na cidade do Rio a caça aos “voluntários” chega ao auge em meados de 1865. No Parlamento já se debate a necessidade de levar escravos urbanos para o front, e substituí-los por homens livres.

No dia 10 de julho de 1865 o Corpo de Polícia da Corte, com o título de 31º Corpo de Voluntários da Pátria, embarcava no Cais Pharoux, com destino aos campos de batalha do Paraguai. A repressão de 1865 era o marco de um novo momento na história do aparelho policial no Rio de Janeiro. O padrão corrente por toda a primeira metade do século era a prisão daqueles vistos como perigosos para a sociedade dominante, como vadios, assaltantes, turbulentos e sua utilização enquanto mão-de-obra compulsória para o Estado. E se fossem escravos, o castigo adicional era a chibata. A repressão visava, de vários modos, a excluir o suposto criminoso da sociedade, e usar o seu trabalho enquanto instância disciplinadora.

Agora a coerção policial estava centrada na incorporação daqueles estigmatizados como marginais e criminosos, na linha de frente da nação. Estes setores, normalmente taxados de ameaçadores, adquiriam por força das circunstância da guerra, um novo status, o de defensores da pátria, que teria de ser reconhecido, em algum tempo, pela sociedade dominante¹⁵³.

A importância deste relato reside no fato que, após a vitória brasileira na guerra, muitos ex-soldados foram incorporados à força policial da Capital. Obviamente, criou-se uma cultura de respeito mútuo entre os combatentes e, não era raro, capoeiras e policiais lutaram lado a lado no conflito. O fato é que isto criava uma maior dificuldade para o aparelho repressor.

Nas relações entre a estrutura repressiva policial as camadas marginais na Corte, marcadas quase sempre por ambigüidades e contradições, este momento foi sinal de um outro processo. É a emergência do que chamamos de repressão de aliciamento. Este conceito busca explicar uma onda de prisões, levada a termo pelo aparato policial, mas que não tem objetivo simplesmente de isolar o marginal do mundo social, mas

¹⁵³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição... *Op. Cit.* pp. 288-289.

incorpora-lo enquanto aliado precário dos interesses dominantes, no mais das vezes, interesses de Estado.

Os participantes das maltas de capoeiras, que tiveram uma atuação marcante no campo de batalha, teriam também uma presença decisiva nessa nova página da história da polícia do Rio de Janeiro que começava a ser escrita. Os capoeiras, execrados pela ordem policial nos anos 1850, cumpriram papel decisivo nos campos de batalha. Ainda está por se fazer a história da Guerra do Paraguai na visão dos soldados e praças, que suportaram o fardo mais pesado.

(...) O envio de capoeiras para o campo de batalha no Paraguai foi um sucesso. Tanto na frente interna como na externa. Externamente, contribuiu, na certa, para a vitória final dos aliados contra o Paraguai. Internamente, livrou a cidade de “elementos perigosos” que freqüentemente desafiavam a ordem policial nas ruas¹⁵⁴.

O retorno dos soldados à Capital alteraria, de certo modo, a questão da criminalidade. Não se pode esquecer que o combatente volta coberto de louros, sendo homenageado nas ruas, e conseguindo relativo respeito da sociedade. Contudo, a “lua-de-mel” foi efêmera. A desmobilização de guerra vai devolver a maioria dos militares mobilizados à velha marginalização social. A sociedade iria virar-lhes as costas, como sempre fez, criando grande problema para si mesma. Recorremos novamente ao professor Carlos Eugênio Líbano Soares para melhor compreendermos a situação:

Os primeiros anos da década de 1870 exibem uma sensível mudança nos padrões de criminalidade na Corte. Antes, escravos, imigrantes miseráveis, mestiços e vadios, eram os alvos da ação policial. As ruas, focos da desordem e da turbulência, no dizer da elite controladora do Estado, estavam, de uma forma ou outra, sob permanente vigilância. Agora, soldados e militares de baixa patente eram a vanguarda da desordem, desfiando policiais, atacando patrulhas e, o que talvez fosse mais perturbador, não acatando a autoridade policial como poder legítimo para dirimir conflitos, como se percebe em vários documentos oficiais.

¹⁵⁴ *Idem. Ibidem*, p. 288.

Esse desprezo pela competência policial em reprimir a violência das ruas, demonstrado a todo momento pelos soldados egressos do Paraguai, pode ser explicado se atentarmos para dois fatores: em primeiro lugar, a origem social da grande maioria dos praças do Exército e Armada, na época, pelos padrões de recrutamento então em vigor, predispunha-os, naturalmente, a verem o aparato policial como agressor permanente, visto serem seus alvos constantes; em segundo lugar, as condições difícilíssimas de sobrevivência na linha de frente, combinadas com o prestígio angariado por estes soldados, patenteado nas festa organizadas na Corte para recebe-los, deve ter produzido efeitos na visão de mundo desses homens. Sobreviventes de um massacre descomunal, e lutando pela sobrevivência numa cidade, para muitos hostil, eles encaravam o autoritarismo policial como inaceitável¹⁵⁵.

Os membros capoeiras e seus descendentes que adentraram a Guarda Negra possuíam, então, um forte sentimento de orgulho e autoconfiança que poderiam justificar o pressuposto alto grau de fidelidade e combatividade que era atribuído à organização. Mas o texto deixa claro que havia uma predisposição dos marginalizados contra a rigidez do aparelho repressivo do Rio de Janeiro, o que explicaria os violentos conflitos ocorridos na cidade. Em síntese, o conturbado momento vivido pela sociedade da Capital não podia ser creditado, exclusivamente, às ações das maltas de capoeiras ou membros da Guarda. Era fruto de um cenário mais amplo, ligado diretamente à marginalização social.

De certo, houve uma tentativa de cooptação dos capoeiras pelo aparelho repressor, principalmente durante os gabinetes Cotegipe e João Alfredo, mas as tentativas de suprimir estes grupos acabaram tornando-se prioridade da Chefia de Polícia. Bastante sintomática é a proposta de Tito Matos, chefe da mesma, para deportação de membros das maltas:

¹⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p. 291-292.

Dir-se-ia a seita sanguineta dos adoradores de Siva ou dos drusos homicidas. Apesar das repetidas diligências de meus antecessores, não tem sido possível exterminar essa criminosa associação. Entretanto, pedem a segurança dos cidadãos, o decoro de nossa civilização, e o sentimento cristão, que a autoridade não esmoreça.

Mas, para que sua ação seja eficaz, cumpre armá-la dos necessários recursos. A capoeiragem deve ser qualificada como crime especial, com novas penas de alçada da polícia.

Contra os capoeiras estrangeiros há o meio legal da deportação. Contra os nacionais deverá ser decretado o degredo em colônias militares, onde debaixo de severa disciplina, os delinqüentes adquiram os hábitos de ordem e trabalho, e de obediência às leis e às autoridades¹⁵⁶.

A proposta extrema seria posta em prática somente mais tarde, já sob o novo regime republicano. Evidencia a preocupação dos membros do governo em deter a atuação dos capoeiras e pacificar a cidade. O mesmo Chefe de Polícia afirmava, numa crítica expressa aos instrumentos legais de repressão aos “vadios” que:

A insuficiência da lei sobe o ponto no que toca à turbulência, com particularidade a espécie capoeiragem.

Está na consciência pública que as repetidas perturbações da tranqüilidade da capital são grandemente acoroçadas, quer pela ineficácia dos meios atuais de repressão, quer pela dificuldade de prova e sua conseqüente impunidade, porquanto os turbulentos, aglomerados em grande massa escapam ao testemunho alheio, e como por acordo tácito recusam à autoridade todo e qualquer esclarecimento. Assim urge que sejam adotados meios repressivos a pôr cobro aos tumultos e correrias que tão freqüentemente se reproduzem, escandalizando a população ordeira e ultrajando nossa civilização.

Expelir desordeiros inacessíveis a emenda fora, não só, expurgar esta cidade da escória que envenena as camadas inferiores da população, mas também prevenir a formação de bandos de malfeitores, muito mais temíveis e perigosos.

Há no meio dessa gente sinistra estrangeiros e nacionais. Expulsar do território do Império os primeiros, e remeter os segundos para presídios e colônias militares, onde possam achar trabalho na cultura da terra, são

¹⁵⁶ Relatório do Chefe de Polícia da Corte, anexo ao Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, 1881.

medidas cuja aplicação se me afigura de indeclinável necessidade, em garantia do sossego público e no interesse da segurança individual. Sem estes meios, a grande missão da autoridade no que afeta a manutenção da paz pública e o respeito aos direitos da população, e a imensa responsabilidade que lhe corre, direi sem reбуço, estarão a mercê de um pugilo de perversos¹⁵⁷.

A inclemência das medidas reflete o pânico causado pelos capoeiras no declinar do Império. Mais ainda, demonstra que a prioridade do Estado era de repressão, não tendo em momento algum a preocupação de estabelecer meios para inserção social daquela gente. É a confirmação da postura excludente do governo monárquico, onde a solução de força sempre se impunha a outras.

Com toda a repressão possível, os capoeiras controlavam as ruas da Capital. Daí não ser difícil perceber a associação que a polícia fazia dos mesmos com a Guarda Negra. Qualquer conflito de rua transformava-se numa ação planejada por Patrocínio e seus “vadios”.

(...) os largos e praças eram locais prediletos de atuação das maltas de cativos. Não deixa de ser irônico o fato de ser exatamente nestes largos que as autoridades plantaram os moirões e pelourinhos, para castigo público exemplar dos escravos envolvidos com desordens e capoeiragem. Parece que a ação intimidadora não causou efeito, porque a Carioca e o Capim iriam continuar a ser pontos de ação de capoeiras por todo o resto do século.

Mas as estreitas ruas da época também assistiam aos conflitos entre negros. A Rua do Ouvidor, apesar de freqüentada pela elite mais requintada da cidade e ser de difícil evasão, não intimidava os capoeiras. Quando as portas de lojas se fechavam e os nobres e brancos iam para casa, os negros aproveitavam a maior liberdade para dominar a via mais importante da cidade. Nestas horas mortas, podiam-se ouvir os assobios dos capoeiras, denunciando sua chegada, a proximidade de rivais ou

¹⁵⁷ Anaes da Câmara dos Deputados, 12 de agosto de 1887, p. 190.

*mesmo os limites que não podiam ser atravessados sem o risco de severas represálias por parte de outros faquistas*¹⁵⁸

A capoeiragem dominava essa “cidade escondida” que repousava nas noites da Capital. Suas ações de ataques ou defesas decifravam uma das várias linguagens que os negros possuíam, mas que raramente eram ouvidas. A vida pelas ruas e becos da cidade era uma forma de se fazerem ouvir aqueles marginalizados sociais. A prova está na heterogeneidade da composição das maltas, que impedia a organização de um movimento mais amplo, em defesa da liberdade:

Em que medida este “domínio” da urbe que a massa escrava exercia cotidianamente na cidade nunca se manifestou numa revolução aberta, num levante generalizado contra a elite opressora, é outro problema, mas pensamos que ele pode ser entendido por alguns fatores particulares da cidade do Rio. Primeiro a condição de capital da Colônia, e depois sede do Império. Não por coincidência, os grandes movimentos de rua da escravatura contra o domínio senhorial se deram em ocasiões de colapso da estrutura militar-policia.

Outro elemento que aponta nesta direção era o fluxo constante de africanos para a cidade, naquele meio século. A chegada quase diária de negreiros abarrotados de africanos era uma lembrança para os escravos urbanos, que já aqui viviam de que eles não eram insubstituíveis. Contraditoriamente, os malungos que chegavam traziam vívidas e frescas lembranças da distante terra natal e engrossavam as potenciais fileiras dos futuros rebeldes.

Outro fator que barrava a explosão espontânea era a heterogeneidade étnica e cultural. Mesmo que a experiência da escravidão fosse amalgamando as aparas étnicas africanas (...) a chegada de novos africanos repunha a memória do além-mar, memória geralmente repleta da discórdia, da diferença, do conflito. Estes movimentos incoerentes, opostos, criavam tensões que impediam a articulação política de um amplo movimento de massas, que, se concretizado, seria o maior levante escravo das Américas. Não aconteceu, mas faltou pouco.

As maltas de capoeira eram a concretização possível deste inconformismo escravo. Ao invés de reivindicarem uma unidade dos

¹⁵⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro... *Op. Cit.* p. 174.

cativos, elas lutavam por espaços limitados, restritos, pedaços do estreito mundo urbano colonial. Os conflitos com agentes do Estado colonial ou imperial não eram incoerentes com a guerra crônica entre as maltas de escravos: tanto uns quanto outros eram invasores, beligerantes, se bem que em planos diferentes.

(...) A cidade era sua, mas não toda a cidade, ou toda de uma vez. Os limites da “revolução” capoeira estavam inscritos nos próprios limites da comunidade escravo-africana: incapazes de marcar seu domínio de um único golpe, eles escolhiam aquelas partes mais familiares e – por que não? – os rivais mais fáceis de serem eliminados – outros escravos, como eles.

Mas, mesmo dentro destes limites, eles forjaram uma cidade dentro de outra: a freguesia do Sacramento, com suas igrejas de irmandades, suas casas de angu, suas quitandas de africanos libertos, as pretas minas do Largo da Sé, as festas de coroação do rei congo do Largo do Rossio, forjou uma cidadela escrava, sempre patrulhada pelas hordas policiais, fiscalizada de perto pela chefia de Polícia (ali localizada), mas nunca inteiramente domada. Os capoeiras, como filhos diletos desta comunidade, tinham ali abrigo e proteção contra as intempéries. E ajudaram a defender sua cidade escrava¹⁵⁹.

A capoeiragem seria a espécie de braço armado da Guarda Negra? Não ao nosso ver. Positivamente, havia negros capoeiras dentro do organismo, mas, como nos revela o texto, as composições das maltas não eram homogêneas, impedindo uma ação mais politizada, com certeza, da maioria de seus membros.

Estas questões complexas fazem da Guarda Negra um objeto fascinante de estudo. Impressionados com a idéia de um grupo de alforriados, liderados por alguns intelectuais negros e apoiados por parte da elite branca letrada do Rio de Janeiro, ter criado uma organização pronta a defender a Princesa Isabel e, por consequência, o Terceiro Reinado impulsionou a pesquisa. De forma natural, formou-se um intrigante quebra-cabeças e as variáveis foram surgindo.

¹⁵⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares. A capoeira escrava e outras tradições... *Op. Cit.* p. 231-232.

Neste contexto, deparamo-nos com a publicação do Ato de criação da Guarda Negra no jornal de José do Patrocínio “A Cidade do Rio”, do dia 10 de julho de 1888. Neste, não há nenhuma referência à “Guarda Negra”, enquanto instituição militarmente estruturada, como já apontamos aqui, mas delineia uma “associação com o fim de opor resistência a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o paiz”¹⁶⁰. Para nossa surpresa, verificamos que a aplicação do conceito de guarda à Guarda Negra não parecia adequado. Pelo menos, se comparado à luz do “Regulamento Das Guardas Nacionaes”, de 18 de agosto de 1831, que tratava da criação da Guarda Nacional. Já que seria necessário uma hierarquização das funções, um código disciplinar de conduta, regulamentação específica do Parlamento – incluindo, aí, autorização para funcionamento.

Os problemas só estavam começando: se a Guarda não era guarda, o que era então? Procuramos compreendê-la, a partir do conceito de “milícia”. Mas, tendo como referência a definição de Jeanne Berrance de Castro que vê a milícia como a “nação em armas”¹⁶¹, percebemos a complexidade da questão, já que, segundo Eric Hobsbawm, “as nações e os fenômenos a elas associados devem, portanto, ser analisados em termos políticos, técnicos, administrativos, econômicos e ainda sob outras condições e requisitos”¹⁶². Ao aplicarmos esta afirmativa, concluímos que os ex-escravos não eram incorporados ao conceito de “nação” pelas elites e nem possuíam, ainda, instrumentos para a realização de sua própria incorporação, seja através do trabalho ou do estudo. O Estado brasileiro do

¹⁶⁰ Jornal **A Cidade do Rio** (10/07/1888), p. 2.

¹⁶¹ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 03.

¹⁶² HOBBSAWM, Eric. *A Questão do Nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1780)*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 13.

final do século XIX, com suas práticas sócio-econômicas excludentes, dificultava o acesso das pessoas menos privilegiadas à cidadania, - admitida, propositalmente, de forma simples, no sentido de igualdade de todos perante a lei, conforme José Murilo de Carvalho¹⁶³ - e a tez escura condenava, quase sempre, à eterna marginalização.

Estas indefinições conceituais não minimizam a importância da Guarda. Existiu um grupo majoritariamente formado por negros que jurou proteger a Princesa Isabel, com constituição erigida com características próprias, embasadas em suas práticas cotidianas. Interesses políticos buscaram sua descaracterização, enquanto movimento de resistência. Mas a Guarda Negra tornou-se peça-chave numa sociedade excludente, onde as mudanças, há muito, vinham sendo, de forma concreta, impostas de cima (elite) para baixo (povo). Surgiu como síntese de um conturbado período da história brasileira, onde se desenhava o ocaso do sistema monárquico vigente, fragilizado pela nova conjuntura mundial e por suas próprias contradições. Uma instituição, portanto, que se não existia oficialmente, tinha grande impacto não apenas no cotidiano desses capoeiras “armados de pedras e cacetes”, mas no cotidiano da própria cidade do Rio de Janeiro.

A ascensão do regime republicano aniquilou com as pretensões da Guarda Negra. Já não seria mais possível a defesa do trono da Redentora. Os novos tempos seriam os responsáveis pela neutralização da mesma e, mesmo com a continuidade das ações dos “capoeiras”, gradualmente a organização caiu no esquecimento. Um dos seus grandes protetores, José do Patrocínio, bandeira-se novamente para o lado da República. Envoltos

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 21.

nos mesmos mistérios de sua criação, a Guarda Negra deixava a cena política, caindo aos poucos no esquecimento.

Compreendemos a Guarda Negra como a legitimação das aspirações negras por melhores condições de existência. Não apenas na questão social ou econômica, mas em toda plenitude do respeito a sua cultura e tradições. Entendemos o simbolismo da mesma, dentro da Capital do Império, como um instrumento de resistência aos desmandos das elites. Se por vezes foi utilizada como “fantoche” nas mãos de determinados grupos, ou se foi abrigo de marginais, em outros momentos, também serviu para que alguns desenvolvessem o sentimento de pertencimento...o conforto de fazer parte de uma instituição que lhes bem queria.

Nosso estudo sobre a Guarda Negra da Redentora não se fez com o objetivo de criação de novos heróis, ícones ou símbolos para os negros, ou mesmo para o País. Teve como plano maior a contribuição para a historiografia do período, como forma de valorização de todos os agentes do construto nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marginalização social do negro, construída desde do início dos tempos coloniais, foi a principal responsável pelo surgimento da Guarda Negra da Redentora, organização que tinha como finalidade precípua garantir a ascensão da Princesa Isabel ao trono brasileiro, para conduzir o Terceiro Reinado.

O contexto político brasileiro, onde republicanos e monarquistas travavam verdadeiras batalhas em busca de hegemonia, propiciou a utilização da Guarda Negra pelos primeiros, como forma de acusar o regime vigente de incapaz de manter a ordem pública; assim como pelos segundos, instrumentalizando-a como agente de repressão do Estado Imperial.

Não tendo o formato legal de uma guarda militar, como reconhecimento expresso em legislação específica, uniformização e estrutura hierárquica de patentes os negros libertos ressignificaram o próprio conceito de guarda, moldando-o segundo seus costumes e tradições.

A violência urbana vivida na Capital do Império acelerou sua popularização, criando no imaginário coletivo das pessoas uma sensação de respeito e temor em relação aos membros da Guarda Negra. A imprensa, partilhada por defensores e detratores do regime, aguçava ainda mais a população sobre os mistérios suscitados pela organização negra.

Indubitavelmente, todos os acontecimentos relacionados à violência eram atribuídos aos membros da Guarda. Estes, por sua vez, manifestavam-se nas palavras de um de seus líderes, José do Patrocínio, através do jornal Cidade do Rio, negando veementemente participação nos distúrbios citadinos.

A grande questão é que havia uma Guarda e várias faces: a mais politizada, a de Patrocínio, sonhava com a estruturação de um partido político que pudesse institucionalmente defender os interesses dos ex-cativos; outra, que despejava sua ira de violência decorrente da marginalização nas ruas da cidade; uma terceira, que era a formatada no pensamento dos grupos republicanos e que canalizava toda a culpabilidade pelo caos social que se transformara a Capital; ainda uma quarta, que passeava nos devaneios dos monarquistas, como sólida instituição capaz de deter o avanço dos ideais republicano.

Claro está, que, diante deste quadro, as ações da Guarda Negra eram diversificadas, refletindo sua própria heterogeneidade. Poderiam ser polidas, quando escritas sob a tutela do “tigre da abolição”, José do Patrocínio, ao mesmo tempo que violentas, quando movidas pela insatisfação quase geral da maioria de seus membros, com o que a sociedade lhes proporcionava.

A mais perigosa, contudo, foi a criada nos gabinetes de republicanos e monarquistas. Esta não possuía corpo, nem forma, nem nada. Sem ter como se defender, era definida conforme interesses políticos momentâneos. Foi edificada sem consulta apenas para servir aos interesses dos “donos do poder”. Como se não fosse formada por pessoas, transitava sempre por um longo caminho escuro, estando sempre pronta para fazer o mal. Aterrorizava a sociedade que não a via. Servia como aparadora da incompetência dos organismos do Estado, utilizada como uma desculpa desqualificada e corriqueira que, mesmo assim, transformava-se num instrumento de desvio de atenção da sociedade. As várias faces da Guarda Negra nada mais eram do que o espelho da Corte, composta de pessoas de todos os matizes, usufruída por uma pequena porção de “iluminados”.

Não se tem registro de atuação direta da Princesa Isabel para beneficiar a Guarda Negra. Mas sua determinação na defesa dos interesses dos escravos ficou comprovada. Do apoio econômico direto à causa abolicionista, passando pela transformação do Palácio Imperial de Petrópolis, numa espécie de quilombo acolhedor de “negros fujões”, há farta documentação comprobatória. Por si só, este fato já justificaria a verdadeira devoção dos escravos a Regente. Da mesma forma, seu envolvimento direto provocava a indignação de vários setores sociais, principalmente os latifundiários do Vale do Paraíba e Norte Fluminense.

Entendemos, pois, o porquê de não ter sido difícil construir múltiplas imagens de Isabel. Para os escravagistas, que utilizavam os mais vis argumentos para desmoralizá-la, seria considerada eternamente uma mulher despreparada para as funções administrativas, fraca de caráter e dominada pelo seu odiado marido o Conde D’Eu. Os abolicionistas, outrossim, despejavam sobre a mesma os mais graciosos elogios, retratando sua sólida formação cultural e enaltecendo sua firmeza política.

Não podia ser diferente. Os posicionamentos contraditórios eram a mais pura tradução de uma sociedade solidificada em cima de contradições: politicamente, passava-se de um partido ao outro, conforme determinavam as ambições pessoais imediatistas; culturalmente, marginalizavam-se os negros, mas suas festas eram freqüentadas por todos os segmentos sociais.

De todas as formas encontravam-se oposições. Como vimos no decorrer do trabalho, não havia unicidade entre os negros – as lutas entre as maltas de capoeiras são o melhor exemplo. Muitos, inclusive, bandearam-se para o lado republicano, não perdoando a monarquia pelas dezenas de anos de cativo.

As complexidades sociais aqui relatadas surgem como desafio para os historiadores. Urge a ampliação das pesquisas e a diversificação dos métodos de análises, num esforço sobre-humano para maior enriquecimento de nossa historiografia. Somente uma cuidadosa releitura documental fornecerá os subsídios necessários para a “iluminação” de boa parte da nossa história, principalmente, no que se refere “aos de baixo”.

Ao iniciarmos nosso projeto de pesquisa, tínhamos como título “A Guarda que não foi”... Façamos uma autocrítica: foi sim... foi o que podia ser.

FONTES

ARQUIVOS:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AGCRJ – Biblioteca

- Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro.
- Almanak Administrativo e Industrial do RJ.

AGCRJ - Serviço de Documentação Escrita

- Sociedades Patrióticas.
- Inquéritos Policiais (Relatório de Polícia da Corte, anexo ao Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, 1881).
 - Guarda Nacional.
 - Guardas Municipais.
 - Infrações e Posturas.
 - Sports Clubs.
 - Polícia Militar.
 - Manuscritos Gerais.
 - Capoeiras.
 - Chronicas.

Arquivo do Senado Federal

ASF – Impressos

- Discursos de Parlamentares:
 - .1871 (v.3 e v.4)
 - .1873 (v.1)
 - .1885 (v.1, v.2, v.3 e v.4)
 - .1887 (v.1, v.2, v.3 e v. 3/a)
 - .1888 (v.1, v.2, v.3, v.3/a, v.4, v.4/a, v.5, v.6 e v. 6/a)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

IHGB – Impressos

- MONTEIRO, Mozart. *A família imperial*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 152, 1925.
- VIANA LYRA, Maria de Lourdes. *Isabel de Bragança, uma princesa Imperial*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 158, p. 83-131, jan/mar.1997.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1880-1888)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1918.

IHGB – Arquivos

Carta de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, a João Ferreira de Araújo Pinho. Rio de Janeiro, 19 de março de 1888.

BIBLIOTECAS:

Biblioteca do Senado Federal

- Código Criminal do Império do Brazil, de 1830.

BSF - Seção de Periódicos (Jornais)

- Jornal do Comércio (20/08/1888).
- Gazeta de Notícias (1887/1888).

Biblioteca da Câmara Federal

BCF – Impressos

- ANAIS da Câmara Municipal da Corte. Rio de Janeiro, 1880/1889.
- Fallas do Trono desde o anno de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Biblioteca Nacional

- Código do Processo Criminal de Primeira Instância.
- Brasil: Leis – Decretos, etc.
- Brasil: História – Congresso, Câmara dos Deputados.
- Constituição Política do Império do Brasil, seguida do Acto Adicional e Lei de sua interpretação.
- Ato adicional de 1834.
- lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834.
- Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro.
- Projeto Constitucional de 1823, artigo 254, título XIII.
- Lei 3.335, de 13 de maio de 1888.
- Regulamento das Guardas Nacionaes, 18 de agosto de 1831.

BN - Seção de Periódicos/Século XIX (Jornais e Revistas)

- Cidade do Rio (1888/1889).
- Gazeta da Tarde (1888).
- Folha Nova (1888).
- O País (1888).
- Revista Illustrada (1888).

BN – Impressos

- Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1860/1890.

- Conferência pública feita no teatro Polyteama em sessão da Confederação Abolicionista. Rio de Janeiro, Typografia Central, 1882.

- Coletânea de artigos de José do Patrocínio; introdução de José Murilo de Carvalho; notas de Marcus Venício Ribeiro. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1996.

BIBLIOTECA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

BFCRB – Impressos

- BARBOSA, Rui. Abolicionismo. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BIBLIOTECA DO MUSEU IMPERIAL

BMI - Impressos

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, Almir de. *Dom Pedro II e a Escravidão*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora, n.13, abril. 1998.

VIEIRA, Hermes. *A princesa no cenário abolicionista do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora. 1941.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel: a Princesa Redentora: biografia baseada em documentação inédita*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.

BMI - Seção de Manuscritos

- Arquivo Grão-Pará, Petrópolis, pasta de documentos manuscritos de D. Pedro II a François, príncipe de Joinville, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1863, cópia com caligrafia de D. Teresa Cristina.

- Arquivo Grão-Pará, Petrópolis. XL-1, de D. Isabel a Gastão, conde d'Eu, São Cristóvão, 18 de setembro de 1865.

- Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador d. Pedro II, em 31 de agosto de 1873. Arquivo do Grão-Pará, Petrópolis. Correspondência ativa de dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

- Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador d. Pedro II, em 6 de março de 1872. Arquivo do Grão-Pará, Petrópolis. Correspondência ativa de dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____ e SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro. Faperj, 2003.

ALCÂNTARA, D. Pedro. *Conselhos à Regente*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

ANDRADE, Manoel Correia de. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: Ed. Massangana, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*, s. 1, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.

BOEHRER, George C. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil (1870/1889)*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia. 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BURKE, Peter (org). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALMOM, Pedro. *História Social do Brasil, v. 2: espírito da sociedade imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Uma introdução à História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

_____. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, 1997.

_____. (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

COSTA, João Cruz. *Pequena História da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

COHN, Gabriel. "Florestan Fernandes – A integração do negro na sociedade de classes", In: *Introdução ao Brasil*, v.2, p. 385-402.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a "Redentora" dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. *A Questão do Nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1780)*. Lisboa: Terramar, 1998.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FONSECA, Maria Nazareth (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFF, Jacques Lê (org.). *A História Nova*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.

- GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte – 1888-1889)*. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro (21): 75-96, dezembro, 1991.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Questão do Nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1780)*. Lisboa: Terramar, 1998.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 5. São Paulo: Difel. 1985.
- HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* (trad. de Francisco de Castro Azevedo). Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo – Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- JARDIM, Antônio da Silva. *A República no Brasil (Compêndio de Teorias e Apreciações Políticas destinado à Propaganda Republicana)*. Rio de Janeiro: Imprensa Mont Alverne, 1888.
- JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Edurj, 2001.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel: a princesa “Redentora”*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.
- LIMA, Lana Lage Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: movimentos sociais da década da abolição*. São Paulo: Edusp, 1994
- MAGALHÃES, R. Júnior. *Deodoro: uma espada contra o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1969.
- MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. SP: EDUSC, 2002.
- MELLOS E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo*. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1988.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1928.
- ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio, 1956.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PATROCINIO, José de. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução de José Murilo de Carvalho; notas de Marcus Venício Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- REGO, Waldir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas: s. ed. 1990.
- ROMERO, Sylvio. *Joaquim Nabuco e a Emancipação dos Escravos*. In: Ensaio de Crítica Parlamentar. Rio de Janeiro: Moreira, Maximiliano & Cia., 1883.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba d' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Jorge Fernandes da. *Vidas que não morrem*. Recife: Departamento de Cultura, 1982.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Access, 1999.
- _____. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.
- SOBOUL, Albert. "Description et mesure em histoire sociale", In: *L'histoire sociale, sources et methodes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Cleuber Castro. *O abolicionismo de José do Patrocínio: a ação política na imprensa (1880-1889)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2005.

THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y conciencia de classe*. Barcelona: Crítica, 1979.

THOMPSON, Paul. *Oral tradition as history*. Madison: Wisconsin, 1985.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1989.

VIEIRA, Maria do Pilar et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2000.